

WENHUA ZONGHENG

Revista do Pensamento Chinês Contemporâneo



Junho 2025 | Vol. 3, No. 1

Experimentações chinesas na modernização socialista

Coordenação Editorial

Vijay Prashad

Tings Chak

Shiran Illanperuma

Jeff Xiong

Marco Fernandes

Grace Cao

Editores da Wenhua Zongheng

Yang Ping

Tao Qingmei

Zhou Anan

Equipe de publicação

Tica Moreno

Inés Chen

Kelly Echiburú

Gisela Cernadas

Deborah Veneziale

Editorial Batalla de Ideas

Luiz Felipe Albuquerque

Daniela Ruggeri

Amílcar Guerra

Uma colaboração entre:

文化纵横

 **Dongsheng**

tricontinental

Arte da capa: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Editorial

04 | Experimentações chinesas na modernização socialista

Li Tuo (李陀)

09 | Sobre a natureza experimental do socialismo e a complexidade da reforma e abertura da China

Meng Jie (孟捷) e Zhang Zibin (张梓彬)

37 | Política industrial com características chinesas: a economia política das instituições intermediárias da China

Xiong Jie (熊节)

65 | Resenha: Compreendendo as coordenadas históricas da modernização chinesa

Experimentações chinesas na modernização socialista

Conselho Editorial

Karl Marx e Friedrich Engels não deixaram para o movimento socialista um projeto para a construção de uma nova sociedade a partir das contradições do capitalismo. Eles apenas apresentaram uma análise concreta do movimento do capital, demasiadamente baseada em seu limitado acesso a recursos, que descreveu o desenvolvimento do capitalismo principalmente na Europa. De fato, eles foram categóricos ao afirmar que “o comunismo não é para nós um estado de coisas a ser estabelecido, um ideal ao qual a realidade terá que se ajustar”. Para eles, o comunismo é “o movimento real que abole o estado atual das coisas”.

Liderado por Lenin e os bolcheviques, o irromper da primavera na Rússia desafiou muitas premissas dos marxistas ortodoxos da Segunda Internacional. Com os processos de revolução nos elos mais fracos do capitalismo, da Rússia à China e do Vietnã à Cuba, surgiu uma nova maneira de pensar o socialismo. Em vez de ser o desfecho das contradições da modernidade capitalista, o próprio socialismo poderia fornecer às nações racializadas do Sul Global um caminho para a modernidade. Tal caminho poderia evitar a expansão militar, preservar o espírito coletivista do campo, resistir à polarização socioeconômica e evitar crises ecológicas. Mas, como demonstra a história da União Soviética e da China moderna, esse processo não é isento de profundos desafios e contradições.

Em muitos documentos oficiais ou declarações de líderes chineses, é notável que o socialismo não seja necessariamente visto como um ideal transcendental a ser alcançado por si só. Em vez disso, o socialismo é o caminho escolhido para alcançar objetivos concretos, incluindo o rejuvenescimento da nação chinesa e a realização da aspiração do povo chinês por uma vida digna. Em vários discursos, o presidente Xi Jinping tem enfatizado dois pontos. Primeiro, em um relatório ao 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2022, ele enfatizou que “a modernização chinesa é a modernização socialista”,

que “contém elementos comuns aos processos de modernização de todos os países, mas é mais caracterizada por características únicas ao contexto chinês”. Posteriormente, em um discurso a partidos políticos de todo o mundo, em março de 2023, Xi disse: “devemos defender o princípio da independência e explorar caminhos diversificados para a modernização”. Isso significa que não pode haver uma abordagem padronizada para o processo de modernização, mas este deve se ajustar às realidades nacionais.

Esta edição do *Wenhua Zongheng* aborda as experimentações chinesas na modernização socialista. Não é a primeira vez que exploramos esse tema. Nosso segundo número foi sobre *O caminho da China da extrema pobreza à modernização socialista*. O editorial descreveu o socialismo como um processo histórico vinculado à modernidade industrial. Enquanto aquela edição se concentrou na retirada de 800 milhões de pessoas da pobreza pela China no processo de modernização, os ensaios deste novo número exploram o “movimento real” da experimentação, da construção institucional e da forte luta ideológica no processo de modernização socialista da China. A modernização da China é apresentada como um processo histórico mundial, repleto de saltos idealistas, recuos pragmáticos e muitas contradições que ainda precisam ser resolvidas.

Esta edição começa com um ensaio do escritor e crítico literário chinês Li Tuo, que nos lembra da natureza experimental do socialismo. Li argumenta que o processo de reforma e abertura da China, a partir de 1978, é o herdeiro histórico de uma longa série de experimentação, desde a Comuna de Paris (1871) até a Viena Vermelha (1918–1934) e a Nova Política Econômica (1921–1928). Li Tuo aponta para as profundas contradições no cerne do processo de reforma e abertura: o fato de que, embora a propriedade privada, o mercado e o incentivo ao lucro tenham prosperado, os maiores feitos desse período incluem experimentações conduzidas pelo Estado, como a construção de ferrovias de alta velocidade e a linha de transmissão de energia do oeste para o leste. Trata-se de um debate ideológico significativo se esses feitos deveriam ser atribuídos à natureza socialista ou aos elementos capitalistas da modernização da China. Como Li enfatiza, “tendências ideológicas concorrentes lutam para se realizar por meio do processo de reforma”.

Em seguida, os economistas Meng Jie e Zhang Zibin, da Universidade Fudan, fornecem uma análise do nível intermediário da estrutura institucional da

modernização da China. Desde a crise financeira de 2009, a literatura sobre política industrial da economia do desenvolvimento ocidental tem experimentado um ressurgimento. O artigo se baseia tanto no cânone ocidental sobre Estados desenvolvimentistas e empreendedores quanto na literatura marxista sobre formação de Estados e mercados para apresentar uma análise original da política industrial chinesa. Para Meng e Zhang, o sistema de liderança da China a torna um “Estado empreendedor” ideal, capaz de resistir à captura por interesses privados e estrangeiros. Como os autores enfatizam, “sempre que o desenvolvimento industrial enfrenta escolhas estratégicas fundamentais, a ideologia do PCCh guiará as políticas de volta à direção da independência”. Mais significativa é sua análise das instituições do Estado chinês que, sob a liderança do PCCh, se envolvem em uma concorrência acirrada para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Esses mecanismos de concorrência do governo local mantêm a burocracia envolvida com os objetivos fundamentais do processo de desenvolvimento, forçando a experimentação em nível local, o que por sua vez gera conhecimento e inovação em toda a economia nacional.

Finalmente, o coeditor da *Wenhua Zongheng*, Xiong Jie, analisa o livro *Neoliberalismo ou neocoletivismo na China Rural*, da presidenta do Instituto de Pesquisa em Comunicação Internacional da Universidade Normal do Leste da China (ECNU), a professora Lu Xingyu. O livro se aprofunda na questão agrária e no destino do campesinato no processo de modernização, destacando os intensos debates intelectuais que ocorreram na China desde o início do século XXI. Esses debates se relacionam com as políticas da China no processo de reforma e abertura e refletem até que ponto a incursão no capitalismo neoliberal pode ou deve ser permitida para dominar completamente a estrutura política e econômica da China. A partir do debate de uma década entre Lu Xinyu e o liberal chinês Qin Hui, Xiong destaca o alcance de debates importantes com vastas implicações políticas que são conduzidos de forma dura e aberta nos círculos intelectuais chineses. A questão agrária e o destino do campesinato ganham destaque nesses debates, à medida que as forças de direita buscam concluir o processo de acumulação primitiva capitalista na China, enquanto a esquerda luta para encontrar maneiras de garantir a continuidade da estrutura coletiva do campo.

Os ensaios reunidos nesta edição apresentam um esboço de experimentações de construção socialista no contexto chinês. Eles são um lembrete de que o

caminho socialista para a modernização está repleto de contradições e lutas de classes. À medida que a China caminha em direção à sua meta do segundo centenário de construir um país socialista moderno até 2049, encontra-se agora, mais do que nunca, em um novo território. Tendo alcançado um nível de industrialização e desenvolvimento sem precedentes para o país sob liderança comunista, não há manuais claros sobre como (ou não) prosseguir. A experimentação será o único caminho a seguir.



Sobre a natureza experimental do socialismo e a complexidade da reforma e abertura da China



Li Tuo (李陀) é escritor e crítico literário. Escreveu roteiros de cinema e diversos ensaios sobre literatura, cinema e arte chinesa. Suas obras ganharam prêmios importantes, incluindo o primeiro Prêmio Nacional de Contos, em 1978, por *Eu espero que você escute essa canção* [愿你听到这支歌] e o Prêmio de Melhor Filme do Ministério da Cultura por *Li Siguang* [李四光], em 1979, e *Sha Ou* [沙鸥], em 1981, do qual foi co-roteirista. Li também editou antologias importantes de literatura chinesa, incluindo *Literatura de Pequim*, na década de 1980, e *Shijie* (Horizontes), nas décadas de 1990 e 2000. Atualmente, ele é editor da revista *Jintian* (Hoje).

I

Para entender a complexidade do socialismo, é preciso adotar uma perspectiva histórica ampla sobre o desenvolvimento real dos movimentos socialistas.¹ Deve-se dar atenção especial a um aspecto desse desenvolvimento que muitas vezes é negligenciado: os experimentos contínuos que acompanharam a história do movimento socialista. Alguns desses experimentos foram bem-sucedidos, enquanto outros fracassaram. Olhando em retrospectiva, fica evidente que esses experimentos contínuos integraram a prática socialista.

Desde os primeiros estágios do movimento socialista, durante o período do socialismo utópico, esses tipos de experimentos já existiam. Por exemplo, em 1824, Robert Owen viajou para os

¹ Este artigo é baseado em um discurso do autor em um seminário acadêmico intitulado “Os ‘Dois Movimentos’ da década de 1980 e as Questões Socialistas na China Contemporânea”, organizado pela Beijing Cultural Review (Wenhua Zongheng) em 16 de março de 2024.

Estados Unidos e comprou 1.214 hectares de terra ao longo do rio Wabash, no sul de Indiana. Ali ele lançou o experimento da comuna de New Harmony, causando uma sensação mundial. Embora esse sonho de realizar uma utopia idílica tenha durado apenas quatro anos antes de fracassar, foi a primeira tentativa de construir uma sociedade ideal em meio ao sistema mundial capitalista. Dessa forma, esse experimento deve ser considerado como uma notável abertura de uma nova era histórica.

Meio século depois, a Comuna de Paris realizou um experimento ainda maior. A vitória da Comuna de Paris em 18 de março de 1871 teve duração de apenas 72 dias. Durante esse breve período, o proletariado parisiense não apenas estabeleceu o primeiro governo de trabalhadores, mas também introduziu uma série de reformas políticas, econômicas e culturais.² Essas reformas incluíram a abolição do exército permanente e da burocracia estatal, a eliminação dos altos salários dos funcionários, a abolição do governo parlamentar e a implementação do sufrágio universal democrático para a eleição de funcionários públicos em todos os níveis. Essas medidas não tinham precedentes no desenvolvimento histórico enraizado na propriedade privada. Do ponto de vista da prática social humana, todas as iniciativas revolucionárias da Comuna de Paris eram inerentemente experimentais.

Embora esse experimento tenha tido vida curta e tenha sido afogado em sangue devido à repressão brutal, Marx argumentou que ele foi “o alvorecer da grande revolução social que libertará para sempre a raça humana do domínio de classe”.³ Iluminados por essa aurora, os subsequentes movimentos socialistas que visavam derrubar o sistema capitalista, embora repletos de reviravoltas, deram continuidade aos experimentos revolucionários iniciados pela Comuna de Paris. Tais experimentos nunca cessaram, e essa continuidade é um dos legados mais valiosos deixados pela Comuna de Paris para a revolução socialista.

² Para saber mais sobre a Comuna de Paris, leia: Karl Marx, V.I. Lenin, Bertolt Brecht, Tings Chak e Vijay Prashad, *Comuna de Paris 150* (Expressão Popular, 2021). <https://thetricontinental.org/pt-pt/text-paris-commune/>

³ Karl Marx, “Resoluções Tomadas na Reunião Para Celebrar o Aniversário da Comuna”, *La Liberte*, n.º 12. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/03/18.htm>

II

As famosas propostas de desenvolvimento urbano da *Rotes Wien* (Viena Vermelha) servem como outro exemplo de experimento revolucionário. Entre 1918 e 1934, o Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Áustria (SDAP) governou a capital austríaca, Viena, em um período conhecido como *Rotes Wien*.⁴ Durante esse período, o SDAP aproveitou a oportunidade para conduzir um experimento socialista democrático por meio da implementação de uma série de reformas. Entre elas, a mais notável foi a construção de moradias públicas para atender às condições de vida precárias da classe trabalhadora de Viena. Em 1934, quase 65 mil unidades habitacionais públicas haviam sido construídas em Viena, formando 348 novos complexos residenciais imbuídos de fortes ideais socialistas. Um dos mais famosos desses complexos é o Karl-Marx-Hof, concluído em 1924. Essa enorme unidade de habitação pública não só oferecia 1,4 mil apartamentos para abrigar mais de 5.000 residentes, como também incluía várias instalações públicas, como grandes lavanderias, banheiros públicos, uma clínica odontológica, um hospital obstétrico, uma biblioteca pública e uma farmácia. Projetado com cuidadosa consideração do equilíbrio entre espaços públicos e privados, os trabalhadores que moravam nesses apartamentos tinham excelentes condições de vida e acesso a bons serviços públicos.

Entretanto, assim como a Comuna de Paris, esse experimento também chegou ao fim. Nesse caso, isso ocorreu porque o SDAP era um partido comprometido com a política parlamentar e o reformismo. O experimento socialista, que se limitava em grande parte ao desenvolvimento urbano, foi interrompido abruptamente em 1934, quando o Partido Nazista subiu ao poder e banuiu o SDAP.

III

O experimento social reformista de *Rotes Wien* serve como um ponto de referência que nos permite reexaminar a “retirada estratégica” de Vladimir Lenin na primavera de 1921, quando ele abandonou o comunismo de guerra em favor da Nova Política Econômica (NEP). Essa mudança não apenas alterou fun-

⁴ Otto Bauer, *The Austrian Revolution* (Haymarket Books, 2021).

damentalmente as compreensões marxistas tradicionais do socialismo, como também deu uma nova direção ao movimento socialista.

Houve grandes mudanças no pensamento de Lenin na última parte de sua vida, quando declarou: “Temos de admitir que houve uma modificação radical em toda a nossa perspectiva sobre o socialismo”.⁵ Por muitas razões, Lenin aparentemente abandonou a transição imediata para o socialismo em favor de um caminho mais tortuoso – recuando para uma posição de capitalismo de Estado e fazendo a transição de uma tática de ataque para cerco. O que vale a pena observar hoje é que, embora essas experiências históricas ofereçam uma grande quantidade de percepções e interpretações, elas geralmente ignoram uma questão fundamental: para um governo soviético que existia há apenas três anos e ainda estava lutando para se firmar, a implementação de uma mudança tão drástica na estratégia revolucionária foi altamente experimental na prática. A série de recuos de Lenin com o objetivo de realizar uma transição tortuosa para o socialismo pode, em grande parte, ser vista como uma série de experimentos.

Em uma visão mais ampla, a Revolução de Outubro de 1917 foi, por si só, um experimento revolucionário. A realização de uma revolução proletária em um país agrário atrasado, não industrializado e ainda enraizado na servidão era considerada impossível sob a perspectiva da teoria marxista clássica. Esse experimento se desviou totalmente das experiências revolucionárias do proletariado europeu desde o século XIX. Essa divergência teórica explica por que os teóricos da Segunda Internacional rejeitaram a teoria de Lenin de que a revolução deveria começar no elo mais fraco do sistema capitalista global. Esses teóricos sempre tiveram uma atitude negativa em relação a Lenin e aos bolcheviques. Mesmo entre os marxistas que apoiavam amplamente a estratégia de Lenin, muitos adotaram uma postura crítica devido a incertezas sobre suas práticas específicas. Os debates ideológicos e teóricos provocados por essas questões persistiram por mais de um século. Na China, debates semelhantes floresceram, especialmente desde o início da era da reforma e da abertura, quando as discussões sobre a história da Revolução de Outubro se tornaram um campo de estudo vibrante. No entanto, mesmo nas discussões na China, a natureza experimental inerente à liderança de Lenin na Revolução Russa recebeu pouca

⁵ V.I. Lenin, “Sobre a Cooperação”, Obras Escolhidas em três tomos (Edições Avante!, 1977). <https://www.marxists.org/portugues/Lenin/1923/01/04-01.htm>

atenção. Esse descuido limitou nossa compreensão sobre a mudança tática de Lenin em 1921. Como resultado, as dificuldades e os perigos desse recuo tático e os profundos desafios teóricos e práticos que ele representou são frequentemente subestimados ou ignorados.

IV

Lenin expôs claramente suas análises sobre esses desafios em obras importantes escritas durante seus últimos anos (1921–1923). Nesses escritos, Lenin analisou a história da implementação da NEP com introspecção e autocrítica, tirando lições dos fracassos do passado. Ele também alertou várias vezes para o fato de que o governo soviético enfrentaria dificuldades e desafios ainda maiores na construção do socialismo.

Em *O Imposto em Espécie*, um documento particularmente crítico em relação à NEP, Lenin declarou explicitamente que ninguém “jamais esperou que o socialismo ‘completo’ fosse criado de forma suave, gentil, fácil e simples”.⁶ Além disso, ele criticou duramente o argumento de que as condições econômicas e políticas da Rússia não apresentavam os pré-requisitos históricos para uma revolução socialista e que, portanto, os bolcheviques não deveriam ter tomado o poder. A isso, Lenin respondeu que “no desenvolvimento da natureza, bem como no desenvolvimento da sociedade, somente por meio de uma série de tentativas – cada uma das quais, considerada por si só, unilateral e com certas inconsistências – o socialismo completo será criado pela cooperação revolucionária dos proletários de todos os países”.

As percepções de Lenin, quando combinadas com seus outros escritos sobre a questão abrangente de alcançar uma transição sinuosa para o socialismo, formam um corpo de pensamento rico e complexo. Um ponto-chave se destaca no nível da prática: a construção do socialismo deve abandonar o sonho de realizar imediatamente um “socialismo completo”. Essa noção de evitar tentativas dogmáticas de uma realização direta de um “socialismo completo” representou um salto significativo na abordagem de Lenin sobre a revolução e a construção socialistas.

⁶ V.I. Lenin, “Informe sobre o imposto em espécie”, *A aliança operário-camponesa* (Editorial Vitória, 1966). <https://www.marxists.org/portugues/Lenin/1921/05/26.htm>

Uma análise sistemática da série de recuos de Lenin na década de 1920 revela uma variedade tática, que vai desde a implementação de um imposto em espécie para os agricultores, a restauração de indústrias de pequena escala e de pequenas empresas camponesas, a reintrodução da troca de mercadorias e da circulação monetária e o incentivo às economias de mercado e ao livre comércio. Entretanto, esses recuos táticos podem ser entendidos como parte de um compromisso estratégico mais amplo. Eles acomodaram as forças espontâneas das economias camponesas de pequenos proprietários e figuras do capitalismo comercial (tanto o capitalismo privado quanto o estatal). Coletivamente, esses recuos foram passos concretos na implementação da estratégia abrangente de evitar a realização idealista e prematura do “socialismo completo”.

Esses recuos tiveram sérias consequências políticas, provocando críticas e oposição de todos os lados, incluindo da Segunda Internacional e seus afiliados, os mencheviques e os socialistas revolucionários. O líder do SDAP, Otto Bauer, acusou os bolcheviques de estarem “recuando para o capitalismo” e que a Revolução de Outubro “era uma revolução burguesa”.⁷ O jornal *Smena Vekh* acusou os bolcheviques de “afundarem na lama burguesa de sempre”.⁸ Mesmo dentro do Partido Bolchevique, não havia unidade, pois muitos membros resistiam a esses recuos. Alguns membros veteranos protestaram diretamente com Lenin: “Por que falar em comércio estatal? Ninguém nunca nos ensinou negócios na prisão!” No Comitê Central, havia debates ferozes sobre teoria e estratégia entre Lenin, Trotsky, Bukharin e Zinoviev. Esses conflitos internos criaram dificuldades significativas para a implementação da NEP.

Para agravar esses desafios internos, a Rússia encontrava-se em uma situação deplorável, que, após a Guerra Civil, era “como uma pessoa espancada até a morte”. As crises internas eram muitas, incluindo a estagnação industrial, o declínio da produção agrícola, a fome severa e a crescente agitação camponesa desencadeada pela oposição ao sistema *Prodravverstka* que, em algumas regiões,

⁷ V.I. Lenin, ‘11º Congresso do Partido Comunista Russo’ (Bolchevique), em *Collected Works Vol. 33* (Progress Publishers, 1965).

⁸ *Smena Vekh* foi um periódico publicado por emigrados russos que anteriormente eram leais ao movimento conservador *Branco* na Guerra Civil Russa. Liderada por N.V. Ustrialov, essa tendência mais tarde viu os bolcheviques como uma expressão da vontade nacional russa. Ver: Yu Pushchaev, “The Smenovekhovtsy Movement as the First Historical Attempt to Reconcile the Reds and the Whites: Achievements and Failures”, *Orthodoxia* (2023): 246-265.

chegou a se transformar em revoltas.⁹ Enquanto isso, as revoluções proletárias na Europa – nas quais Lenin e muitos marxistas depositaram suas esperanças – fracassaram, deixando a Revolução Russa isolada. Em meio a essas circunstâncias graves, Lenin e os bolcheviques tomaram a decisão ousada de implementar uma série de reformas econômicas importantes, sem precedentes na teoria marxista tradicional e nos movimentos socialistas. Isso representou desafios teóricos e riscos práticos significativos.

A natureza experimental dessa abordagem tortuosa para forjar um novo caminho para o socialismo – marcada por riscos e dificuldades extraordinárias – não deve ser ignorada. Lenin tinha plena consciência dos imensos riscos envolvidos e até mesmo previa a possibilidade de fracasso, mas foi capaz de unir o partido para enfrentar esses desafios e navegar pelas crises da implementação prática das políticas.

V

Em 21 de abril de 1921, Lenin escreveu em *O imposto em espécie* que “não foi sem razão que os professores do socialismo falaram de todo um período de transição do capitalismo para o socialismo e enfatizaram as ‘dores de parto prolongadas’ da nova sociedade. E essa nova sociedade é, mais uma vez, uma abstração que só pode se tornar realidade se passar por uma série de tentativas variadas, imperfeitas e concretas de criar este ou aquele Estado socialista”.

Em 14 de outubro de 1921, em seu discurso no *Quarto Aniversário da Revolução de Outubro*, Lenin delineou a ligação entre as revoluções democrático-burguesa e socialista-proletária, explicando que “A primeira evolui para a segunda. A segunda, de passagem, resolve os problemas da primeira. A segunda consolida o trabalho da primeira. A luta, e somente a luta, decide até que ponto a segunda consegue superar a primeira”.¹⁰

⁹ *Prodraverstka* refere-se à política de requisição de grãos do campesinato a um preço fixo, adotada pelos bolcheviques como uma medida do comunismo de guerra. Veja: Silvana Malle, *The Economic Organization of War Communism 1918-1921* (Cambridge University Press, 1985).

¹⁰ V.I. Lenin, “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”, *Pravda*, n. 234, 5.ª ed. (Edições “Avante!”, 1977). <https://www.marxists.org/portugues/Lenin/1921/10/14.htm>

Duas semanas depois, em 3 e 4 de novembro de 1921, em seu *Relatório sobre a Nova Política Econômica na Sétima Conferência do Partido Comunista Russo da província de Moscou*, Lenin enfatizou ainda mais o caminho não linear para a vitória na guerra:

Isso se aplica a guerras comuns, mas o que dizer de guerras que decidem o destino de toda uma classe, que decidem a questão do socialismo ou do capitalismo? Há motivos razoáveis para supor que uma nação que está tentando resolver esse problema pela primeira vez possa encontrar imediatamente o único método correto e infalível? Que bases existem para supor isso? Nenhuma! A experiência ensina exatamente o contrário. Dos problemas que enfrentamos, nenhum foi resolvido na primeira tentativa; cada um deles teve de ser resolvido uma segunda vez. Depois de sermos derrotados, tentamos novamente, fizemos tudo de novo.¹¹

Um ano depois, em 27 de março de 1922, no 11º Congresso do Partido Comunista Russo (Bolchevique), Lenin reiterou:

Quanto à questão do capitalismo de estado, acho que, em geral, nossa imprensa e nosso partido cometem o erro de cair no intelectualismo, no liberalismo; filosofamos sobre como o capitalismo de estado deve ser interpretado e procuramos em livros antigos. Mas nesses livros antigos não se encontra o que estamos discutindo; eles tratam do capitalismo de estado que existe sob o capitalismo. Nem um único livro foi escrito sobre o capitalismo de estado sob o comunismo. Nem mesmo Marx pensou em escrever uma palavra sobre esse assunto; e ele morreu sem deixar uma única declaração precisa ou instrução definida sobre isso. É por isso que temos de superar essa dificuldade inteiramente por nós mesmos.

Em janeiro de 1923, quando a saúde de Lenin se deteriorava, ele ditou *Sobre cooperação*, um texto significativo que discutia a necessidade de inovação institucional. Nesse texto, ele enfatizou: “Nossos oponentes nos disseram repetidamente que fomos imprudentes ao tentar implantar o socialismo em um país com cultura insuficiente. Mas eles foram enganados por termos começado do lado oposto ao prescrito pela teoria (a teoria de pedantes de todos os tipos),

¹¹ V.I. Lenin, “Seventh Moscow Gubernia Conference of the Russian Communist Party”, em *Collected Works Vol. 33* (Progress Publishers, 1965).

porque em nosso país a revolução política e social precedeu a revolução cultural, essa mesma revolução cultural que, no entanto, agora nos confronta”.

Ao revisitar a argumentação de Lenin hoje, não podemos deixar de vinculá-la à história do movimento socialista após sua morte. Devemos reexaminar as práticas específicas desse período histórico e considerar quantas das reviravoltas e fracassos dessa história estão ligados à afirmação repetida de Lenin de que uma transição direta para o “socialismo completo” é inviável. Se a construção do socialismo abrange desvios e recuos, evita perseguir o “único método correto e infalível” e se abstém de “consultar livros antigos” para determinar o caminho e a direção, mas, em vez disso, empreende “uma série de tentativas variadas, imperfeitas e concretas”, então, na prática, muitas dessas “tentativas concretas” são inevitavelmente de natureza experimental. Isso significa que a experimentação social ininterrupta é um componente inseparável da construção socialista.

VI

Na história socialista da Nova China após 1949, as conexões e relações entre as teorias e práticas de Mao Zedong e Lenin têm sido uma área importante para a pesquisa marxista. Embora já exista uma literatura considerável disponível sobre esse tópico, há espaço para explorações mais detalhadas em questões como a transição para o socialismo. Especificamente, é necessária uma investigação mais profunda para estudar como Mao expandiu e desenvolveu de forma criativa a ideia de Lenin de que o “socialismo completo” não pode ser realizado de forma simples e direta.

Por exemplo, se a realização direta de um “socialismo completo” não for buscada, isso inevitavelmente levanta uma questão central da propriedade sob o socialismo – como deve ser entendido o conceito de Lenin de “capitalismo de estado sob o comunismo”? Como ele deve ser implementado na prática concreta? Qual deve ser sua forma institucional? Embora Lenin tenha discutido essas questões em obras como *O imposto em espécie*, ele não teve a oportunidade de implementá-las, testá-las ou resolvê-las na prática antes de sua morte em 1924. Posteriormente, o stalinismo se desviou completamente das ideias e da abordagem de Lenin. Stálin elaborou um roteiro totalmente diferente, aca-

bando por dirigir a tragédia do fracasso total da União Soviética e, ao mesmo tempo, deixando para trás desafios monumentais para o movimento socialista.

Para entender a Revolução Chinesa, é necessário analisar como Mao, como o mais firme sucessor de Lenin, abordou e resolveu o desafio da construção socialista. Uma leitura atenta dos escritos de Mao - especialmente *Sobre as Dez principais relações* (abril de 1956), *Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo* (fevereiro de 1957) e *Conversas sobre a leitura da Economia Política Soviética* (dezembro de 1959 - fevereiro de 1960) - juntamente com documentos escritos sob sua liderança, como *Sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado* (1956) e *Revisitando a experiência histórica da ditadura do proletariado* (1956), e outros relatos históricos, como o de Bo Yibo, *Reflexões sobre as principais decisões e acontecimentos* (1991), fornecem percepções significativas.

Entretanto, embora as teorias e práticas de Mao tenham claramente herdado a estratégia da NEP de Lenin, as duas revoluções eram muito diferentes. A construção socialista na Nova China enfrentou dificuldades e desafios mais amplos, envolveu-se em atividades práticas mais complexas e acumulou mais sucessos e fracassos. A Revolução Chinesa não foi apenas a revolução mais criativa na história do movimento socialista, mas também uma revolução que enfatizou o dinamismo e a flexibilidade que caracterizam esse movimento. Mais importante ainda, ela preservou maiores possibilidades para o futuro do socialismo. Essa perspectiva é essencial quando se examina a continuidade entre as duas revoluções. Portanto, entender como resolver os desafios deixados por Lenin torna-se naturalmente um aspecto vital para a compreensão da Revolução Chinesa e da reforma e abertura da China.

VII

Em março de 1949, na Segunda Sessão Plenária do Sétimo Comitê Central do Partido Comunista da China, Mao propôs uma estrutura de propriedade com cinco componentes: economia estatal, economia cooperativa, economia individual, economia capitalista privada e economia capitalista estatal.¹² Ele disse: “A economia estatal é de caráter socialista e a economia cooperativa é

¹² Mao Zedong, “Report to the Second Plenary Session of the Seventh Central Committee of the Communist Party of China”, em *Selected Works of Mao Tse-tung Vol. IV* (Foreign Language Press, 1961).

semi-socialista; essas, mais o capitalismo privado, mais a economia individual, mais a economia capitalista estatal, na qual o Estado e os capitalistas privados trabalham em conjunto, serão os principais setores da economia da república popular e constituirão a nova estrutura econômica democrática”.

Essa foi a primeira vez que Mao articulou de forma abrangente a ideia de que várias formas de propriedade poderiam coexistir e operar em um sistema socialista – um conceito que, nos últimos anos, no contexto da reforma e da abertura, tem sido frequentemente chamado pelos economistas de “propriedade mista”. No entanto, esse termo não tem o rigor teórico e a precisão da terminologia de Lenin, “capitalismo de estado sob o comunismo”. A articulação explícita de Mao de um sistema de propriedade social com cinco componentes econômicos coexistentes logo na fundação da Nova China foi um evento significativo. Mesmo dentro da história mais ampla do movimento socialista, esse foi um desenvolvimento importante com implicações de longo alcance. Entretanto, essa ideia não surgiu do nada – suas sementes podem ser rastreadas até as práticas experimentais do Partido Comunista da China (PCCh) durante o período da República Soviética Chinesa (1931-1937). Uma fonte particularmente notável é a pesquisa de longa data de Zhang Wentian sobre essa questão.¹³

Em 1922, enquanto estudava nos Estados Unidos por meio de um programa de trabalho-estudo, Zhang se deparou com um artigo intitulado *O desenvolvimento da política russa soviética* em uma publicação inglesa. O artigo, aprovado pessoalmente por Lenin, explicava cuidadosamente o histórico e a teoria por trás da implementação da NEP. Reconhecendo sua importância, Zhang imediatamente traduziu o artigo para o chinês e o enviou de volta à China, onde foi publicado no *Diário republicano de notícias* [The Republican Daily News], em Xangai. Essa foi possivelmente a primeira introdução da NEP de Lenin na China, mesmo quando a política em si estava apenas começando a tomar forma na União Soviética. Zhang continuou a estudar a NEP de Lenin durante o prolongado Movimento de Reforma Agrária da China e a Guerra de Libertação (1945-1949) e mesmo depois de deixar o cargo de Secretário Geral do PCCh. Ele conduziu várias pesquisas e escreveu ensaios como *Sobre*

¹³ Zhang Wentian (1900-1976) foi um líder e teórico do PCCh nascido em Nanhui (atualmente parte de Xangai). Foi um veterano da Longa Marcha e ocupou vários cargos de liderança, inclusive o de secretário geral do CPC, vice-ministro de relações exteriores da China e diretor da Academia de Marxismo e Leninismo. Para saber mais sobre seu trabalho, leia: Zhang Wentian, *Trabalhados Selecionados de Zhang Wentian* [张闻天选集]. Beijing: People's Publishing House, 1985.

o desenvolvimento do capitalismo de novo estilo (1942). Ele propôs várias vezes ao Comitê Central do PCCh a ideia de desenvolver vigorosamente o capitalismo rural sob um regime revolucionário. No livro de Bo Yibo, *Reflexões sobre as principais decisões e eventos*, a seção intitulada *O projeto para a construção da nova China elaborado na segunda sessão plenária do sétimo Comitê Central do PCCh* destacou que Zhang, então membro do Bureau Político do Comitê Central do PCCh e membro permanente do Bureau do Nordeste do Comitê Central do PCCh, apresentou um documento ao Comitê Central do PCCh antes da sessão plenária. Intitulado *Esboço da composição econômica e das políticas econômicas básicas do nordeste da China*, o documento foi posteriormente revisado por Liu Shaoqi e aperfeiçoado por Mao, que afirmou explicitamente: “Em termos de política econômica geral, o capital privado deve ser restringido, mas também deve ser orientado para servir à ‘economia nacional e à subsistência do povo’”.¹⁴

Em 1956, Chen Yun apresentou um relatório no Oitavo Congresso Nacional do PCCh intitulado *Novos problemas que surgiram após a conclusão básica da transformação socialista*, no qual introduziu o conceito de “três componentes principais, três suplementos”.¹⁵ Ele argumentou que, sob a estrutura da propriedade pública e de uma economia planejada, o desenvolvimento do trabalho autônomo e dos mercados livres poderia complementar o sistema econômico socialista. Depois que o Segundo Plano Quinquenal foi finalizado, Zhou Enlai também propôs o estabelecimento de mercados livres dentro da estrutura mais ampla da liderança estatal em determinadas regiões. Essas discussões ressaltaram o fato de que o conceito de “propriedade mista” dentro de um sistema socialista passou por uma incubação, deliberação e debates prolongados dentro do PCCh. Isso foi formalmente afirmado na Segunda Sessão Plenária do Sétimo Comitê Central do PCCh e, posteriormente, revisitado no Oitavo Congresso Nacional do PCCh. No entanto, a concretização dessa ideia na prática teve várias reviravoltas.

¹⁴ Liu Shaoqi (1898-1969) foi um importante teórico e estadista do PCCh nascido em Ningxiang, província de Hunan. Ele desempenhou um papel de liderança no Soviete de Jiangxi e na Longa Marcha e, mais tarde, foi presidente da República Popular da China e presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo.

¹⁵ Chen Yun (1905-1995) foi um líder do PCCh que desempenhou um papel fundamental na formação das políticas econômicas da China sob a liderança de Mao Zedong e Deng Xiaoping. Nascido em Qingpu (hoje parte de Xangai), ele atuou como chefe da Comissão Econômica e Financeira Central da China. Para saber mais sobre seu trabalho, leia: Chen Yun, *Selected Works of Chen Yun Volume III (1956-1994)* (Foreign Language Press, 1999), 13-26.

Analisando esse processo a partir de hoje, a cooperativização agrícola do início da década de 1950, o esforço para se unir à burguesia nacional durante a Campanha dos Três-Antis (1951) e a Campanha dos Cinco-Antis (1952), a transformação pacífica da indústria e do comércio por meio de parcerias público-privadas, por volta de 1956, e a transformação subsequente do artesanato nacional seguiram o princípio da propriedade mista. Essas políticas obtiveram sucesso considerável e abordaram os principais desafios da construção socialista. Em contrapartida, esses desafios foram mal resolvidos na prática socialista soviética, lançando as sementes para o trágico colapso da União Soviética. No entanto, no final da década de 1950, o socialismo chinês enfrentou graves retrocessos. Após a Segunda Sessão do Oitavo Congresso do PCCh, adotada em maio de 1958, foi implementada a linha geral de “fazer tudo o que for possível, mirar alto e obter resultados maiores, mais rápidos, melhores e mais econômicos na construção do socialismo”.¹⁶ Isso preparou o terreno para a campanha nacional do Grande Salto Adiante e para a criação de comunas populares. Essas campanhas abrangentes, acompanhadas de movimentos de massa, por um momento convenceram o PCCh e o povo de que o comunismo era iminente. Entretanto, em pouco mais de um ano, esses esforços fracassaram um após o outro. Durante a Revolução Cultural, Mao tentou outro experimento estabelecendo Comitês Revolucionários inspirados na Comuna de Paris, como a Comuna de Xangai e a Comuna de Pequim. Entretanto, essa última tentativa também fracassou.

VIII

Compreender os êxitos e os fracassos entrelaçados desse período histórico, explorar suas causas e analisar seu impacto de longo prazo sobre o movimento socialista tornaram-se os principais pontos de debate na história da Revolução Chinesa e do movimento socialista global. As pesquisas sobre esse assunto abrangem vários campos teóricos e acadêmicos em perspectivas tanto de esquerda quanto de direita. Entre esses debates, os fracassos do Grande Salto Adiante e do movimento das comunas populares atraíram a maior parte das discussões e as críticas mais contundentes. No entanto, essas intervenções ge-

¹⁶ Instituto de História e Literatura do Partido do Comitê Central do Partido Comunista da China, *Chronicle of the People's Republic of China (October 1949–September 2019)* (Cengage Learning Asia, 2020), 42-244.

ralmente ignoram o fato de que as primeiras críticas e reflexões sobre esses fracassos tiveram origem dentro do próprio PCCh. Na famosa Conferência de Zhengzhou, em 1959 – apenas um ano após o lançamento do Grande Salto Adiante – Mao condenou o “vento comunista” que havia surgido após o estabelecimento das comunas no outono de 1958.¹⁷ Posteriormente, do início de 1959 ao início de 1962, Mao realizou cerca de dez rodadas de autorreflexão e autocrítica em vários níveis e em diferentes contextos dentro do PCCh. É particularmente digno de nota que, durante esse período, para reexaminar as práticas anteriores de construção socialista, Mao estudou cuidadosamente a elaboração de Stalin em *Os problemas econômicos do socialismo da URSS* e na publicação soviética *Manual de Economia Política*. Em seguida, ele propôs uma estrutura teórica original: “É possível dividir a transição do capitalismo para o comunismo em dois estágios: um do capitalismo para o socialismo, que poderia ser chamado de socialismo subdesenvolvido; e outro do socialismo para o comunismo, ou seja, do socialismo comparativamente subdesenvolvido para o socialismo comparativamente desenvolvido, ou seja, o comunismo”.¹⁸ Essa formulação foi além de uma mera reflexão sobre o Grande Salto Adiante e significou uma reconsideração teórica mais profunda da trajetória do desenvolvimento socialista.

Semelhante ao imediato recuo estratégico de Lenin e à rápida implementação da NEP após os reveses do comunismo de guerra em 1921, o recuo após o fracasso do Grande Salto Adiante começou já em 1960. Em 1962, o *Projeto de Regulamentação das Comunas Populares Rurais* estipulava explicitamente que “a equipe de produção é a unidade básica de contabilidade da comuna popular... esse sistema permaneceria inalterado por pelo menos trinta anos”.¹⁹

É preciso ter uma perspectiva mais histórica para refletir sobre os pensamentos e as práticas de Mao em meados da década de 1950 – especialmente sobre os equívocos esquerdistas muito criticados. Durante esse período, o próprio Mao não aderiu totalmente ao método de desenvolver a economia por meio da coexistência das cinco formas de propriedade propostas na Segunda Sessão

¹⁷ Mao Zedong, ‘Speech at Cheng-chow’, Marxist Internet Archive, 2004, https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-8/mswv8_27.htm.

¹⁸ Mao Zedong, *Sobre os “Problemas Econômicos do Socialismo na URSS” de Stalin*. <https://www.marxists.org/portugues/mao/1958/11/sobre.htm>

¹⁹ Artigo 20 do Projeto de Regulamentação das Comunas Populares Rurais <http://www.reformdata.org/2012/0724/8852.shtml>

Plenária do Sétimo Comitê Central do PCCCh. Em vez disso, ele procurou contornar os desvios experimentando o sistema de comunas populares como um caminho alternativo para o socialismo. Isso pode ser explicado apenas como um equívoco de esquerda ou precisa ser suficientemente diferenciado de outros erros esquerdistas na história da revolução chinesa? Desde a época do Instituto de Formação do Movimento Camponês em Guangzhou, em 1924, Mao estava profundamente empenhado em explorar as características únicas da Revolução Chinesa.²⁰ Essas reflexões e explorações prolongadas inevitavelmente se estenderam até o período pós-1949, influenciando sua compreensão do socialismo e, em particular, o caminho que o socialismo deveria seguir na China. Um exame mais detalhado do avanço precipitado do Grande Salto Adiante e do movimento das comunas populares, bem como das considerações teóricas e das complexas deliberações refletidas em sua implementação, exige relacioná-los com a intensificação da ênfase de Mao à luta ideológica de classes a partir da década de 1960. Suas repetidas reflexões sobre como evitar que o capitalismo minasse e subvertesse o socialismo por dentro estão profundamente ligadas à sua ênfase na natureza semicolonial e semifeudal da sociedade chinesa, à sua afirmação de que “a questão camponesa é a questão fundamental da revolução chinesa” e que “a revolução chinesa é em essência uma revolução camponesa”.²¹²² Além disso, essas ideias estavam indubitavelmente relacionadas à divergência ideológica entre os partidos comunistas da China e da União Soviética a partir da década de 1950, que culminou em debates sino-soviéticos abertos na década de 1960. Todos esses fatores históricos convergiram para criar o contexto histórico no qual surgiram as Três Bandeiras Vermelhas e o Grande Salto Adiante.

Quando conectamos a história e a realidade dessa forma, não podemos simplesmente nos concentrar em erros esquerdistas específicos, mas também devemos considerar sua relação inerente com a singularidade do pensamento e da teoria socialista de Mao. Além disso, devemos colocar essas questões no contexto mais amplo da história do movimento socialista mundial e analisar

²⁰ Gerald W. Berkley, “The Canton Peasant Movement Training Institute”, *Modern China* 1, n. 2 (1975): 161-179 <https://doi.org/10.1177/009770047500100203>

²¹ Mao Zedong, “Preface to the Peasant Issue Series”, em *Long Live Mao Zedong Thought* (1968).

²² Mao Zedong, “Sobre a Democracia Nova”, *Obras Escolhidas de Mao Zedong*, Volume II (Edições do Povo). <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/democracia.htm>

como elas se relacionam com o desenvolvimento contínuo da teoria e da prática socialista. Por exemplo, quando olhamos para a prática da comuna popular hoje, ela está evidentemente ligada à ideia de Lenin de que “essa nova sociedade é novamente uma abstração que só pode vir a existir se passar por uma série de tentativas variadas, imperfeitas e concretas de criar este ou aquele estado socialista”. As comunas populares poderiam ser vistas como uma “tentativa imperfeita e concreta” ou como uma tentativa de transição direta para o “socialismo completo”? Por outro lado, a inviabilidade da transição direta para o “socialismo completo” foi comprovada pelo fracasso da comuna popular?

Essas são perguntas que merecem uma reflexão profunda, pois não são apenas os êxitos na história do movimento socialista que devem ser valorizados: os fracassos também são experiências e marcos valiosos para a prática futura, já que carregam significados importantes que podem ser desvendados por meio de uma análise minuciosa e autocrítica.

Quando Lenin disse que “nem um único livro foi escrito sobre o capitalismo de estado sob o comunismo”, ele não estava apenas apontando que o socialismo não tinha um projeto pré-concebido. Ele também estava alertando aqueles que vieram após a Revolução de Outubro de que os socialistas deveriam começar do zero, sem respostas prontas. A prática provou que nem a Rússia, nem a China, puderam fazer a transição direta para o “socialismo completo” em um ambiente industrial subdesenvolvido, mas tiveram de passar por “uma série de tentativas variadas, imperfeitas e concretas para criar este ou aquele estado socialista”. Portanto, o socialismo é um movimento inerentemente experimental, e pode-se argumentar que a reforma e a abertura da China na década de 1980 é uma expressão desse espírito de experimentação.

IX

Em 1985, Deng Xiaoping disse a delegações da Argélia e do Japão que toda a política de portas abertas da China era um grande experimento que não podia ser encontrado em livros – só o tempo poderia dizer se o caminho tomado estava correto.²³ Henry Kissinger disse certa vez a Deng Xiaoping: “Ninguém

²³ Deng Xiaoping, *Selected Works of Deng Xiaoping Vol. 3* (People's Publishing House, 1993), 130-133.

jamais tentou fazer uma reforma na escala desta que a China está realizando. Nenhum outro país tentou combinar economias planejadas e de mercado... Se vocês forem bem-sucedidos, levantarão questões filosóficas tanto para as economias planejadas quanto para as de mercado”.²⁴ Olhando em retrospectiva, agora está evidente que o processo de reforma iniciado na década de 1980 – um experimento sem precedentes na história da humanidade – não foi uma explosão repentina da sabedoria chinesa ou uma simples busca forçada por uma saída para a crise. Pelo contrário, foi um desenvolvimento lógico do movimento socialista. Isso fica particularmente evidente no fato de que, após uma série de explorações e experimentos, a China estabeleceu um sistema econômico básico com a propriedade pública como base e a coexistência de várias formas de propriedade. Esse sistema tem se mostrado repetidamente bem-sucedido no milagre econômico de décadas, marcando assim o início de uma nova fase na história do movimento socialista.

Ao longo do século XX, muitos países socialistas realizaram reformas. A partir de meados da década de 1950, a Polônia, a Hungria, a República Democrática Alemã, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Albânia, a Iugoslávia, entre outros, implementaram diversas reformas. Embora os objetivos imediatos dessas reformas fossem se distanciar do modelo soviético e entrar no processo de industrialização já iniciado pelos países capitalistas ocidentais, todos eles inevitavelmente tiveram que experimentar novos sistemas políticos e de propriedade econômica. A maioria dessas reformas fundamentais acabou fracassando, levando ao colapso do socialismo nesses países e ao momento de baixa histórico do movimento socialista mundial.

A questão que surge, então, é por que somente a reforma da China foi bem-sucedida? Mais importante ainda, como a China entrou nas relações de produção capitalistas globais na década de 1990 sem mudar fundamentalmente as principais características de seu sistema ideológico, político e econômico? Em vez disso, a China continuou como uma nova forma de socialismo, experimentando práticas nunca antes vistas na história do movimento socialista, em meio a uma era histórica mais ampla de divisão, turbulência e reestruturação.

²⁴ Centro de Pesquisa de Literatura do Partido do Comitê Central do PCC, ed., *A Chronology of Deng Xiaoping (1975-1997) (Volume II)*, (Central Party Literature Press, 2004), 1094.

X

Conectar o processo de reforma iniciado na década de 1980 à natureza experimental do movimento socialista, repleto de êxitos e fracassos, oferece uma perspectiva mais complexa para a análise. Por exemplo, no que diz respeito à relação entre as reformas iniciadas na década de 1980 e a NEP de Lenin, a China é claramente a herdeira do pensamento de Lenin. Entretanto, em uma comparação mais detalhada, as reformas da China diferem significativamente da abordagem de Lenin. Em termos práticos, as diferenças resultam das formas como o recuo, os desvios, as reformas e as experimentações foram realizados para corrigir os equívocos do passado. Essas diferenças têm causas históricas profundas. As revoluções lideradas por Lenin e Mao diferiram significativamente em termos de caminhos, políticas, métodos e estratégias. Historicamente, essas diferenças contribuíram para a complexidade da Revolução Chinesa e também integram a complexidade das reformas da China contemporânea. Portanto, a compreensão dessa complexidade deve estar ligada ao desenvolvimento histórico do pensamento e da teoria de Mao.

É necessário um estudo detalhado das diferenças entre os pensamentos e as estratégias de Mao e Lenin em relação à transição socialista, bem como a forma como cada um integrou o marxismo à sua revolução nacional para criar suas próprias contribuições exclusivas. Por exemplo, muitos estudaram a obra de Mao *Sobre as dez relações principais*, mas as ideias criativas expressas nesta obra raramente são analisadas no contexto das diferenças entre o caminho da Revolução de Outubro e o caminho revolucionário que se desenvolveu gradualmente na China. Essa diferença já havia começado a emergir com o estabelecimento da primeira base rural revolucionária em Jinggangshan, em 1927. Não se tratava apenas de uma questão de estratégias e métodos revolucionários, mas já implicava em diferentes entendimentos do socialismo. Pode-se argumentar que as reformas de hoje estão sutil ou diretamente ligadas às ideias expressas em *Sobre as dez relações principais*. Entretanto, essa nitidez não é simplesmente uma relação de herança, mas envolve tanto a aceitação quanto a rejeição, com uma complexidade dialética de afirmação e negação.

XI

Observando o socialismo na realidade atual, é comum que os intelectuais ignorem a complexidade da Revolução Chinesa e do processo de reforma e abertura. Fornecer um estudo direto e abrangente sobre essa complexidade está além do escopo desta intervenção. Entretanto, diante da realidade atual da China, especialmente o fato de que a reforma (incluindo seus vários experimentos) não parou e ainda está em desenvolvimento, vale a pena discutir certas questões que são mais propensas a erros ou mal-entendidos.

Uma questão é que muitas pessoas não reconhecem um fator-chave da reforma da China que foi herdado da reforma de Lenin: a ideia de não se esforçar para alcançar o “socialismo completo” por meio de uma transição direta. Além de esse conceito ser frequentemente ignorado, devido a preconceitos estabelecidos há muito tempo, muitos ainda veem o projeto socialista como um “socialismo completo” - um socialismo ideal que pode ser realizado por meio de reformas, atendendo aos padrões em todos os aspectos. Como resultado, as reformas são vistas como a poda de uma árvore imperfeita e indisciplinada - difícil, mas factível se os métodos corretos forem seguidos, restaurando, por fim, a vitalidade da árvore socialista. Embora, na Sétima Sessão Plenária do Sétimo Comitê Central do PCCh, Mao tenha proposto explicitamente a coexistência de vários setores econômicos, muitos ainda não conseguem conectar essas ideias com o atual processo de reforma. Eles não percebem que a reforma de hoje é essencialmente um retorno à coexistência e ao desenvolvimento de cinco setores econômicos dentro de um sistema socialista. Eles também não reconhecem que essa transição indireta para o socialismo envolve desvios - provavelmente grandes desvios que inevitavelmente exigirão muitos experimentos. Pode-se dizer que muitos não se prepararam para esse caminho de reforma, ou não se prepararam de forma alguma.

Como resultado, diante de vários problemas da sociedade atual que não se alinham com o espírito e os princípios do socialismo - como a crescente estratificação de classes, a desigualdade de renda (o coeficiente de Gini da China já ultrapassou o dos EUA), a distribuição desigual de oportunidades e recursos, a grave involução social e a expectativa contínua de realizar o “socialismo com-

pleto” - surgem dúvidas.²⁵ As pessoas começam a questionar se a direção da reforma está correta, ou mesmo se a China ainda é um país socialista.

Entretanto, não podemos simplesmente atribuir essas dúvidas a um mal-entendido. No *Manifesto Comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels disseram: “A burguesia, durante seu governo de apenas cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações anteriores juntas”.²⁶ Isso reconhece a energia criativa desencadeada por essa transformação. Portanto, quando aqueles que ainda buscam alcançar imediatamente o “socialismo completo” veem essa liberação de energia criativa na China, mas também percebem as sérias contradições entre esses novos desenvolvimentos e os ideais e valores pelos quais o socialismo luta, sua confusão não pode ser considerada simplesmente um erro. Eles estão testemunhando fatos objetivos e as mudanças reais que estão ocorrendo na sociedade chinesa. Por outro lado, para alguns intelectuais que estão familiarizados com as obras de Friedrich Hayek ou com críticas semelhantes ao socialismo e que se identificam com suas teorias neoliberais e ideias de ordem espontânea e liberdade individual, a situação se torna ainda mais complicada. As inclinações ideológicas desses intelectuais determinam o que eles veem ou não veem - para eles, os fatos são irrelevantes.

XII

Sem se aprofundar muito na teoria econômica, vale a pena fazer algumas perguntas mais práticas e de senso comum sobre o processo de reforma da China. Após a reforma, o que o socialismo chinês conseguiu realizar que o capitalismo não conseguiu ou não conseguiria? Um ditado comum na China é: “Para ficar rico, primeiro construa estradas”. Na prática da reforma, o significado dessa frase evoluiu continuamente para abranger a implementação de vários projetos de infraestrutura de grande escala. Portanto, a implementação e a manutenção da infraestrutura de grande escala é uma boa referência para comparar as diferenças entre o socialismo chinês e o capitalismo de livre mercado.

²⁵ No contexto chinês, o termo involução refere-se à concorrência interna acirrada provocada pela economia de mercado.

²⁶ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (Editorial “Avante!”, 1997). <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>

Atualmente, os Estados Unidos operam uma rede ferroviária de 293.564,2 quilômetros, quase o dobro da extensão da rede ferroviária da China.²⁷ No entanto, a China construiu aproximadamente 36.100 quilômetros de trilhos de alta velocidade, enquanto os EUA têm zero quilômetro de trilhos de alta velocidade.²⁸ À primeira vista, parece que há pontos fortes e fracos em ambos os lados, mas há uma diferença significativa: as ferrovias dos EUA são predominantemente de propriedade privada, e um resultado óbvio disso são os acidentes frequentes. De acordo com dados do Departamento de Estatísticas de Transporte dos EUA, entre 1990 e 2021, houve uma média de 1.704 descarrilamentos de trens por ano, o que significa uma média de 5,5 descarrilamentos por dia.²⁹ Por ter condições nacionais específicas, como ter vastas terras e uma população esparsa pelo território, as ferrovias dos EUA são subdesenvolvidas e as viagens aéreas se tornaram o meio de transporte preferido. Isso explica parcialmente por que, em 2018, os EUA tinham 19.627 aeroportos, incluindo 5.099 públicos.³⁰ Em comparação, a China tinha apenas 814 aeroportos em 2018. Uma análise detalhada indica que os aeroportos privados constituem a maioria dos aeroportos dos EUA e apenas algumas centenas de aeroportos têm instalações para compra de passagens on-line. Além disso, a maioria desses aeroportos está desatualizada e precisa urgentemente de reforma. O mesmo se aplica aos equipamentos e à infraestrutura de apoio às companhias aéreas, muitos dos quais também são antigos e precisam de renovação. O mais problemático é que, desde a pandemia de covid-19, o setor de aviação dos Estados Unidos está em crise, sendo frequentes no noticiário as manchetes de acidentes aéreos. Esses acidentes se tornaram tão comuns que agora são vistos como a norma. Assim como na situação das ferrovias mencionada anteriormente, essas questões urgentes já deveriam ter sido resolvidas há muito tempo, mas não podem ser solucionadas rapidamente e não há um caminho claro para isso. A situação é tão ruim porque a maioria das entidades envolvidas no setor de aviação são empresas privadas. Diante das pressões de lucros, custos, concorrência e outras forças de mercado, elas não têm uma solução abrangente para esses

²⁷ The World Factbook 2024 (Agência Central de Inteligência, 2024).

²⁸ Isso pode ter sido verdade quando o autor escreveu este artigo. Entretanto, em 2024, a China terá 45 mil quilômetros de HSR, enquanto os EUA terão 735 quilômetros.

²⁹ Joe Sommerland, *How Many Train Derailments Have There Been in the US in 2023?*, Independent, 6 de março de 2023 <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/train-derailments-per-year-usa-b2294966.html>

³⁰ Plano Nacional de Sistemas Integrados de Aeroportos (NPIAS), Administração Federal de Aviação do Departamento de Transportes dos EUA, 2018, https://www.faa.gov/sites/faa.gov/files/airports/planning_capacity/npias/current/NPIAS-Report-2019-2023-Narrative.pdf

problemas e, muitas vezes, são impotentes para resolvê-los. Sendo um país construído em torno de automóveis, o sistema rodoviário dos EUA não pode escapar das críticas. Apenas uma estatística é reveladora: há 617 mil pontes nos EUA, 42% das quais foram construídas há mais de 50 anos – e a maior parte da infraestrutura tem uma vida útil de cerca de 50 anos. Além das pontes, todo o sistema de infraestrutura dos EUA precisa de reparos ou reconstrução porque grande parte dos equipamentos está desatualizada. De acordo com a Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE), o déficit de financiamento da infraestrutura nos EUA ultrapassará US\$ 2 trilhões até 2025.³¹ A compreensão da recente situação fiscal dos EUA deve gerar preocupações sobre a origem desses US\$ 2 trilhões.

Esse relato de problemas recentes no sistema de transporte dos EUA fornece um pano de fundo comparativo e contextual ao discutir a estratégia da China de “para ficar rico, primeiro construa estradas”. Nessa comparação, uma questão fundamental fica evidente: a incapacidade dos chamados “países avançados” e das superpotências ricas, como os Estados Unidos, de construir e manter uma infraestrutura de grande escala. Fazendo uma comparação com os ambiciosos projetos de infraestrutura da própria China, fica mais fácil entender por que os EUA não conseguem atingir essas metas.

O primeiro exemplo que vale a pena discutir é a construção da rede ferroviária de alta velocidade da China. Além de exigir um enorme investimento – só o custo de construção das ferrovias foi de 120 a 150 milhões de yuans por quilômetro –, os custos operacionais também são altos. Além disso, muitas das rotas passam por regiões economicamente subdesenvolvidas, o que torna impossível esperar retornos rápidos e substantivos. Do ponto de vista da economia de mercado pura, a rede ferroviária de alta velocidade é altamente irracional e vai contra as regras do mercado. Entretanto, apesar das perspectivas limitadas de lucro, a China resistiu a essas críticas e continuou investindo na expansão da rede.

O segundo exemplo, que possivelmente poderia ser considerado ainda mais irracional, é a construção de pontes em Guizhou. Nos últimos anos, Guizhou construiu 28.023 pontes rodoviárias, conectando 210.000 quilômetros de rodovias. Metade das 100 pontes mais altas do mundo, e quatro das dez mais al-

³¹ Sociedade Americana de Engenheiros Civis, Bridging the Gap, maio de 2024 <https://bridgingthegap.infra-structurereportcard.org/>

tas, estão em Guizhou. Essa região é conhecida há muito tempo como uma das áreas mais pobres e subdesenvolvidas da China, com o ditado “sem terra plana por três *li*, sem céu limpo por três dias” refletindo suas condições adversas.³² Talvez haja uma justificativa geopolítica para essas pontes, dada a proximidade estratégica de Guizhou com o Sudeste Asiático. Entretanto, isso por si só não é suficientemente persuasivo, considerando o tamanho e a escala do investimento envolvido e o risco de não haver retorno econômico.

O terceiro exemplo é a construção do programa de transmissão de energia do oeste para o leste. Essa iniciativa envolve três corredores de energia com milhares de quilômetros de extensão, usando tecnologia de transmissão de ultra-alta tensão para atravessar montanhas, desertos e rios, do norte para o sul e do oeste para o leste. Esse projeto exigiu um investimento de 4,4 trilhões de yuans ao longo de mais de 30 anos. Um resultado notável desse projeto é que ele permitiu que as vastas áreas rurais da China, onde vivem centenas de milhões de agricultores, tivessem acesso à eletricidade, à água e à Internet. Isso não é apenas uma grande conquista na história moderna, mas também um testemunho de que a utopia não é totalmente um ideal e que a “prosperidade comum” pode ser alcançada.

Os exemplos acima apresentam uma profunda contradição: embora o desenvolvimento da economia de mercado seja a política básica da reforma da China e uma estratégia econômica nacional, grande parte do trabalho prático de desenvolvimento não se alinha aos princípios de uma economia de mercado puramente voltada para o lucro. Em diferentes níveis e em diferentes espaços, esses experimentos envolveram novas combinações de fatores econômicos, de produção e de recursos. Os efeitos objetivos desses experimentos já se espalharam muito além dos limites desses projetos, atingindo áreas metropolitanas, ecossistemas industriais e até mesmo bairros residenciais. Considerando que a China desempenha um papel significativo no desenvolvimento econômico global, especialmente por meio da Nova Rota da Seda, esses experimentos adquirem um novo significado: eles fornecem uma visão grandiosa para a reestruturação e reorganização da economia mundial em uma escala maior, de acordo com os ideais do socialismo.

³² *Li* (里) é uma unidade tradicional de medição de distância na China. Um *li* equivale a aproximadamente quinhentos metros.

XIII

Na análise do processo de reforma e abertura da China, especialmente antes da “Nova Era” marcada pelo 19º Congresso Nacional do PCC em 2017, a construção de infraestrutura em larga escala liderada pelo Estado geralmente não recebia o mesmo nível de atenção que as realizações do setor privado, como o Taobao e o Ant Financial (agora Ant Group) de Jack Ma, ou a Tencent Holdings de Pony Ma.³³ Isso teve consequências graves: para muitos chineses, o significado da reforma estava nítido. Ela poderia estar associada ao pleno desenvolvimento da economia de mercado, ou ao fato de permitir que algumas pessoas se tornem ricas primeiro, ou simplesmente a um método para modernizar a China. Essas são visões puramente econômicas da reforma que se tornaram bastante populares na China nos últimos anos. Quanto mais bem-sucedido for o processo de reforma, mais popular será essa visão econômica. A reforma da China marca o início de uma nova fase histórica para o movimento socialista. Integrar a economia de mercado à economia socialista e depois reestruturá-las em um novo sistema econômico não é um ato puramente economicista. Na prática, o processo de reforma está repleto de contradições ideológicas. Tendências ideológicas concorrentes lutam para se realizar por meio do processo de reforma.

A elaboração de Louis Althusser pode servir como um recurso teórico valioso para criticar a visão economicista da reforma e reconhecer a luta ideológica embutida no processo de reforma. Apesar da tradução e pesquisa das obras de Althusser por acadêmicos como Chen Yue e Wu Zifeng, suas teorias ainda não receberam atenção suficiente na China, nem nos círculos intelectuais de esquerda, nem no meio acadêmico chinês em geral. Do ponto de vista do desenvolvimento do marxismo contemporâneo, o pensamento de Althusser é distinto: ao mesmo tempo em que critica duramente a filosofia tradicional de mentalidade elevada que se desvincula das massas e da prática política, ele também enfatiza consistentemente a necessidade de vincular a teoria à prática. Isso diferencia suas teorias da pesquisa marxista ocidental que surgiu na década de 1950 e, especialmente, das teorias de esquerda que se desenvolveram a partir do pós-modernismo. Isso torna o pensamento de Althusser relevante

³³ No 19º Congresso do CPC, em 2017, o “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” foi adotado como ideologia orientadora e incluído na constituição do CPC. Esse slogan reafirmou o objetivo de alcançar a modernização socialista e o rejuvenescimento nacional.

para a obtenção de uma perspectiva crítica sobre a história do movimento socialista, ao mesmo tempo em que se concentra na prática concreta do socialismo contemporâneo.

No mapa do marxismo contemporâneo, a obra de Althusser *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* ocupa uma posição extremamente importante.³⁴ Essa obra reconstrói a teoria marxista sobre o Estado, apresentando integralmente a teoria dos aparelhos ideológicos do Estado e sua ligação inseparável com a reprodução das relações de produção. Em comparação com os escritos de Marx e Lenin sobre o Estado, Althusser introduz o conceito-chave de ideologia. Depois de analisar, criticar e reinterpretar vários conceitos tradicionais de ideologia, inclusive o conceito marxista clássico, ele apresenta um entendimento completamente novo – a ideologia não é puramente uma atividade espiritual ou uma existência de ideias, mas uma existência material. A ideologia sempre existe dentro das instituições, particularmente dentro do Estado ou do aparato estatal, e se torna um componente estrutural indispensável que permite a operação do aparato estatal.

XIV

Na estrutura teórica de Althusser, a relação entre ideologia e produção econômica não é uma divisão dualista. Pelo contrário, ele argumenta que a produção econômica e a ideologia não estão completamente separadas uma da outra. Isso difere de várias interpretações históricas da ideologia. Althusser não apenas nega a espiritualidade da ideologia, mas também desafia a visão de que a ideologia faz parte da superestrutura. As ideologias estão incorporadas em todas as atividades do Estado. Ele fornece uma metáfora famosa para isso: se considerarmos o Estado e a sociedade como um edifício, a ideologia é como o cimento. Não há canto, camada ou espaço nesse edifício que possa existir sem cimento. Da mesma forma, a ideologia permeia todas as partes do edifício do Estado, inclusive as atividades práticas das pessoas dentro dele. Ela penetra até mesmo na relação entre a prática econômica e a prática política.

³⁴ Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. <https://www.sergiofreire.pro.br/ad/Althusser-IAIE.PDF> <https://colunastortas.com.br/ideologia-e-aparelhos-ideologicos-de-estado-louis-althusser-uma-resenha/>

Althusser pode nos ajudar a ver a reforma a partir de uma perspectiva mais atual do que a clássica dicotomia marxista de superestrutura e base econômica. Voltando à questão da infraestrutura em larga escala, resta saber por que foi o Estado que realizou esses investimentos, e não o capital privado. A resposta imediata é que o capital privado só está interessado em investir em troca de lucro. Entretanto, oculta por trás dessa resposta prática está a noção de *homo economicus* (o ser humano como um ser completamente econômico e racional). Isso, por sua vez, baseia-se em todo um sistema de conhecimento, incluindo a economia clássica, a sociologia e a filosofia moderna – um sistema que é inequivocamente ideológico.

Quando Mao propôs a estrutura econômica da Nova Democracia, ele defendeu a coexistência e o desenvolvimento de cinco tipos de sistemas de propriedade. Esses sistemas de propriedade representam relações de produção distintas. Em outras palavras, a reforma da China está ocorrendo em uma rede formada por cinco relações de produção diferentes. Essa complexidade tem sido pouco estudada porque, na história da construção socialista, é raro que diferentes relações de produção estejam tão entrelaçadas por tanto tempo. No entanto, se adotarmos a perspectiva de Althusser e aplicarmos sua teoria da reprodução das relações de produção, poderemos encontrar uma maneira de explicar e refletir sobre essa complexidade.

De acordo com a teoria de Althusser sobre o Estado, a China socialista, por ter estabelecido um governo revolucionário com controle sobre os aparelhos ideológicos do Estado, naturalmente os utiliza para garantir a reprodução das relações de produção socialistas. Entretanto, como as políticas econômicas da China permitem a coexistência de diferentes formas de propriedade, é natural que essas formas também se envolvam na reprodução de determinadas relações de produção. Ao mesmo tempo, essas respectivas reproduções das relações de produção inevitavelmente competem entre si. Essa concorrência serve a duas funções: primeiro, estimula a economia, criando novas oportunidades de desenvolvimento, dinamismo e transformação estrutural; segundo, essas formas também fazem uso de vários mecanismos estatais, excluindo o aparato político (que é firmemente controlado pelo Estado socialista), para alcançar sua própria reprodução. Podemos levantar a seguinte questão: Essa reprodução multicamadas, multiespacial e multidirecional é um motivo importante para a complexidade do desenvolvimento econômico no processo de reforma? E é

também uma razão importante para a existência de vários sistemas ideológicos e de conhecimento opostos e conflitantes no atual processo de reforma?

A dificuldade em compreender o socialismo chinês contemporâneo geralmente decorre de uma compreensão insuficiente da complexidade das reformas atuais e da natureza experimental do movimento socialista. Entretanto, a reforma da China prova que é necessário confrontar essas complexidades e reconhecê-las dentro do desenvolvimento histórico da teoria marxista para navegar pelas realidades complexas das “grandes mudanças nunca vistas em um século”, abrindo assim novas possibilidades de alcançar o socialismo.³⁵ A reforma da China certamente não é uma reforma puramente econômica, mas uma série de experimentos sem precedentes na história do movimento socialista.

³⁵ A frase “grandes mudanças nunca vistas em um século” é frequentemente usada pelo presidente Xi Jinping e pelo PCCh para se referir a mudanças no centro de gravidade do poder econômico e político global.



Política industrial com características chinesas: a economia política das instituições intermediárias da China



Meng Jie (孟捷) é um ilustre professor da Escola de Marxismo da Universidade Fudan, em Xangai. Suas áreas de pesquisa incluem a teoria básica da economia marxista, análise institucional da economia de mercado da China com foco na teoria do Estado e na história do pensamento econômico. Entre suas publicações estão *Materialismo histórico e economia marxista* (2016), *Teorias do valor e acumulação* (2018) e *A lógica do desenvolvimento econômico da China* (2019, em coautoria). Meng também é editor-chefe do *Chinese Journal of Political Economy*.

Zhang Zhibin (张梓彬) integra o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Governo Provincial de Fujian e a Escola de Economia da Universidade Fudan.

Neste artigo, o termo “política industrial” se refere ao conjunto das políticas empreendidas pelo Estado para influenciar o desenvolvimento, a recuperação e a inovação de indústrias específicas. De acordo com esta definição, a política industrial é seletiva ao ter indústrias específicas como foco, não sendo, portanto, uma política universal ou funcional aplicada amplamente à maioria das indústrias. As origens desta definição podem ser rastreadas pelo menos até a teoria do estado desenvolvimentista.¹ Em contraste com esta perspectiva, alguns autores argumentam que a política industrial abrange políticas universais ou funcio-

¹ Wan-wen Chu, pesquisadora da Academia Sinica em Taipei, é uma teórica contemporânea do Estado desenvolvimentista cuja compreensão da política industrial seletiva é representativa da experiência chinesa. Segundo a autora, “política industrial significa que o governo escolhe certas indústrias específicas para fomentar”. Para saber mais, consulte: Wan-wen Chu, *O modelo de desenvolvimento das indústrias da China: uma análise do papel da política industrial* [中国产业的发展模式—探索产业政策的角色] (Social Studies Journal Press, 2020), 102; Wan-wen Chu e Alice Amsden, *Beyond Late Development: Taiwan's Upgrading Policies* (Peking University Press, 2016).

nais, como o fortalecimento da infraestrutura, a promoção do investimento em capital humano, a manutenção da concorrência justa e a criação de um ambiente de mercado eficiente. Esta definição alternativa tem duas desvantagens. Primeiro, tende a confundir os limites entre a política industrial e outras políticas, como a política de investimento, de exportação, de recursos humanos e até mesmo a regulamentação macroeconômica. Segundo, é suscetível a ser cooptada pela economia neoliberal, usando o disfarce de políticas universais para se opor à política industrial seletiva.

Em artigo publicado em 2023 pelo Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos Estados Unidos (NBER, pela sigla em inglês), vários pesquisadores, incluindo o renomado economista Dani Rodrik, definiram a política industrial como “aquelas políticas governamentais que visam explicitamente a transformação da estrutura da atividade econômica em busca de algum objetivo público (...) uma característica fundamental é o exercício de escolha e discrição pelas autoridades públicas, como em ‘Nós promovemos X, mas não Y’, embora a última parte desta declaração seja normalmente deixada implícita”.² Na verdade, o que esses pesquisadores destacam é o papel da política industrial seletiva na reformulação da divisão do trabalho dentro da sociedade. Da mesma forma, em discurso proferido na *Brookings Institution* na primavera de 2023, o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, interpretou a estratégia industrial e de inovação do governo Biden pelas lentes da política industrial seletiva: “Uma estratégia industrial americana moderna identifica setores específicos que são fundamentais para o crescimento econômico, estratégicos de uma perspectiva de segurança nacional e onde a indústria privada por si só não está preparada para fazer os investimentos necessários para garantir nossas ambições nacionais”.³

A formulação e implementação da política industrial são aspectos críticos da governança econômica na economia socialista de mercado da China. A política industrial é essencial para alcançar objetivos socialistas de produção, obser-

² Réka Juhász; Nathan J. Lane; Dani Rodrik. “A nova economia da política industrial”, *NBER Working Paper* 31538, (2023). Acesso em: <http://www.nber.org/papers/w31538>

³ Jake Sullivan. “Comentários do Conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan sobre a renovação da liderança econômica americana na Brookings Institution”. *The American Presidency Project*, 27 de abril de 2023, <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-national-security-advisor-jake-sullivan-renewing-american-economic-leadership-the>

vando falhas de mercado e promovendo desenvolvimento econômico de alta qualidade. A política industrial aparenta ser um sistema que integra objetivos e meios específicos. No entanto, um exame mais profundo revela que esse sistema consiste em formas institucionais particulares que, no conjunto, compreendem a estrutura institucional da política industrial. Essas formas institucionais podem ser analisadas a partir de duas perspectivas. A primeira perspectiva é a fundação institucional geral, que inclui o sistema de liderança fundamental – a liderança do Partido Comunista da China (PCCCh) – e o sistema econômico básico durante o estágio primário do socialismo. A segunda perspectiva inclui instituições específicas, que serão chamadas de instituições intermediárias. Quatro instituições intermediárias são particularmente notáveis: os mercados construtivos, o mercado de capital socialista com características chinesas, a concorrência intragovernamental e a concorrência intergovernamental local. Essas quatro instituições são interconectadas, com mercados construtivos ocupando a posição central. O mercado de capital socialista com características chinesas atende aos mercados construtivos, e a integração dos dois mercados reflete os padrões de comportamento da economia estatal sob as condições de uma economia socialista de mercado. Da mesma forma, as duas formas de competição – intragovernamental e intergovernamental local – são baseadas nos mercados construtivos e direcionadas a seu desenvolvimento.⁴ A análise dessas instituições intermediárias nos ajuda a entender como a política industrial da China evoluiu para um sistema nacional de mobilização de recursos, ao mesmo tempo em que alavanca totalmente o papel decisivo do mercado.

I. Mercados construtivos

Mercados construtivos representam uma forma singular de mercados que emergem em setores estratégicos e fundamentais. Duas perspectivas são contrastantes nas teorias de formação de mercado. A primeira é a visão de Friedri-

⁴ Este artigo não considera a relação simbiótica entre as empresas estatais (SOE, pela sigla em inglês) e outras formas de propriedade como um sistema intermediário, porque este é o conteúdo do próprio sistema econômico básico. O papel das SOEs na implementação da política industrial é uma questão pouco estudada na comunidade acadêmica. Uma análise relacionada ao tema pode ser encontrada em Xudong Gao, “Approaching the Technological Innovation Frontier: Evidence from Chinese SOEs”, *Industry and Innovation* 26, n. 1 (2019): 100–120. Para uma discussão teórica sobre o tema, ver Jia Genliang, “A nova missão das empresas estatais: a vanguarda da inovação tecnológica” [国有企业的新使命：核心技术创新的先锋队], *Revista da Universidade de Renmin da China* [中国人民大学学报], n. 2 (2023) e Jia Genliang, “A nova missão das empresas estatais: um instrumento de políticas para a inovação da vontade nacional [国有企业的新使命：国家创新意志的政策工具], *Ensino e Pesquisa* [教学与研究], no. 2 (2023).

ch Hayek, segundo a qual os mercados emergem por meio da evolução espontânea e não podem ser construídos racionalmente pelo Estado. A segunda é a visão marxista de que os mercados são criados por meio da intervenção ativa do Estado. Karl Polanyi argumentou que, embora os mercados exibam uma tendência à auto-expansão, nunca existiu um mercado “desenraizado”, completamente autônomo e autorregulado. Essa seria, portanto, uma construção utópica.⁵ Este artigo adota a última perspectiva. Em setores estratégicos e fundamentais, o Estado atua como o arquiteto do mercado, guiando sua trajetória de desenvolvimento e coordenando a divisão do trabalho na sociedade por vários meios e em graus variados.

Figura 1: A dupla integração dentro do sistema econômico básico no estágio primário do socialismo.



A análise de mercados construtivos deve começar pelo sistema econômico básico no estágio primário do socialismo. Em pesquisa anterior, propusemos que, na economia socialista de mercado, a governança econômica estatal e a regulação do mercado são mecanismos distintos, mas interconectados, de alocação de recursos e coordenação econômica. A relação entre eles forma o núcleo do sistema econômico básico no estágio primário do socialismo. Este sistema compreende três dimensões: propriedade, relações distributivas e a economia socialista de mercado como um modo de organização do trabalho social. Essas três dimensões são verticalmente integradas, pois são interconectadas e mutuamente inclusivas (Figura 1). Ao mesmo tempo, dentro de cada dimensão existe uma estrutura dupla, representando uma integração horizontal. Essa integra-

⁵ Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens da nossa época*. (Editora Campus, 2000); Karl Marx, *O Capital – Livro 3* (Boitempo Editorial, 2017). Para um comentário sobre as visões de Marx, ver Meng Jie, *Economia política socialista com características chinesas como método* [作为方法的中国特色社会主义政治经济学] (Fudan University Press, 2023).

ção horizontal reflete a combinação entre governança econômica estatal — caracterizada por propriedade pública, distribuição de acordo com o trabalho e um governo que funciona bem — e mecanismos de regulação do mercado — representados por propriedade não pública, distribuição baseada em fatores de produção e mercados eficientes. Por meio dessa integração, tanto a governança econômica estatal quanto a regulação do mercado se combinam, com o Estado não apenas operando fora do mercado, mas também participando ativamente dele por meio de capital estatal e das empresas estatais (SOEs).

A análise do papel econômico do Estado requer um exame mais aprofundado dos princípios que regem o comportamento econômico do Estado. Sob a economia socialista planejada, Stalin propôs que o comportamento econômico do Estado fosse governado pela lei econômica fundamental do socialismo e pela lei do desenvolvimento proporcional planejado da economia nacional.⁶ A lei econômica fundamental do socialismo significa a alocação de recursos de acordo com a necessidade social. A lei do desenvolvimento proporcional planejado significa o uso de objetivos estratégicos definidos pelo Estado para planejar e alterar relações intersetoriais. Essas duas leis representam uma relação entre objetivos e meios. Sob condições de economia de mercado, a lei econômica fundamental do socialismo continua a operar por meio de mecanismos como planos de desenvolvimento nacional. Enquanto isso, a lei do desenvolvimento proporcional planejado evolui para duas dimensões distintas.⁷ A primeira dimensão é a coordenação estatal dos mercados, onde o Estado se envolve na gestão macroeconômica para equilibrar a economia nacional. Isso inclui abordar gargalos do lado da oferta em áreas como população, terra, meio ambiente e produção de conhecimento, enquanto, no lado da demanda, envolve mitigar a demanda efetiva insuficiente para estabilizar o crescimento e o emprego de curto prazo. A segunda dimensão é a construção estatal de mercados, por meio da qual o Estado assume o papel de criador e líder de mercado, alterando relações proporcionais entre setores-alvo, ou criando novos setores por meio de investimentos de longo prazo para cumprir objetivos estratégicos nacionais.

⁶ Joseph Stalin. *Problemas econômicos do socialismo na URSS* (Editorial Vitória, 1953).

⁷ Meng Jie, “Uma nova teoria das leis econômicas básicas no primeiro estágio do socialismo” [社会主义初级阶段基本经济规律新论, *Academia mensal* [学术月刊], n. 12 (2022)]; Meng Jie e Zhang Zibin, “Mercados construtivos, concorrência intragovernamental e inovação independente nas ferrovias de alta velocidade na China: uma explicação na perspectiva da economia política socialista” [建构性市场、政府内竞争与中国高铁的自主创新——社会主义政治经济学视角的阐释], *Perspectivas Econômicas* [经济学动态], n. 4 (2023).

Cabe refletir que, quando Stalin propôs as duas leis acima mencionadas, ele também afirmou que as relações de produção são o objeto da economia política socialista. No entanto, para Stalin, as relações de produção não eram mais a sociedade civil ou a economia de livre mercado estudada por Karl Marx em *O Capital*, mas o próprio Estado. Em outras palavras, ao examinar as leis que governam o comportamento econômico do Estado, Stalin considerou o Estado como possuidor de um caráter dual. Por um lado, o Estado continua sendo parte da superestrutura. Por outro lado, ele também constitui parte da base econômica, tornando-se, portanto, um objeto da economia política. Reconhecer essa dualidade representa uma contribuição teórica significativa de Stalin.⁸ Na economia socialista de mercado, a lei do comportamento do Estado na construção de mercados é uma nova manifestação dessa dualidade.

Visualizar os mercados construtivos como um produto das leis que governam o comportamento econômico do Estado ajuda a conceituar a política industrial como um assunto da economia política socialista. Mercados construtivos na economia socialista de mercado têm duas características principais. Primeiro, o Estado assume a tarefa de construir mercados tanto do lado da oferta quanto da demanda, frequentemente agindo como um agente especial enraizado no mercado de diversas maneiras para guiar continuamente o desenvolvimento do mercado e coordenar a divisão do trabalho. Segundo, o Estado introduz no mercado uma meta de valor de uso alinhada com sua estratégia de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que combina essa meta com os objetivos de valor de troca perseguidos pelas empresas. O valor de uso é colocado em uma posição relativamente dominante.⁹ Tal mercado construtivo incorpora a integração do Estado e do mercado, servindo como um intermediário institucional crítico para atingir objetivos de política industrial.

Deve-se notar que, no conceito de um mercado construtivo, o termo “mercado” é derivado do Volume II d’*O Capital*.¹⁰ Ao contrário da visão dominante do mercado como meramente um sistema de transações, Marx define o mercado (ou a circulação) como a esfera do movimento do capital, caracterizada pela

⁸ Meng Jie, *Economia Política Socialista com Características Chinesas como Método* [作为方法的中国特色社会主义政治经济学] (Fudan University Press, 2023).

⁹ Meng Jie, “Uma nova teoria das leis econômicas básicas no estágio primário do socialismo” [社会主义初级阶段基本经济规律新论], *Acadêmico Mensal* [学术月刊], 12, (2022).

¹⁰ Karl Marx, “O Capital volume 2”, em *Obras Completas de Marx e Engels volume 24* (Editora Popular, 1974).

unidade de produção e troca. Este mercado é composto pelos circuitos de muitos capitais individuais (aqui limitados ao capital industrial), expressos pela fórmula: $D - C \dots P \dots C' - D'$, onde $D - C$ (compra) e $C' - D'$ (venda) representam o processo de troca, e P representa o processo de produção.¹¹ Devido à natureza repetitiva deste circuito, os estágios de produção e troca não apenas se condicionam e mediam entre si, mas também ocorrem sequencialmente no tempo e coexistem espacialmente. A fórmula de Marx expressa simultaneamente o movimento do capital individual e, ao abstrair fatores como diferenças no tempo de circulação do capital, também pode representar o movimento unificado de todo o capital dentro do mercado. Em outras palavras, pode expressar o movimento do capital em um mercado construtivo. Como a circulação de capital de cada mercado também faz a mediação dos outros, quando o capital de um mercado está no estágio $D - C$, o capital de outros mercados deve estar no estágio $C' - D'$ e vice-versa. Isso implica que cada mercado individual transcende a si mesmo por meio de tais interconexões, juntando-se ao mercado geral e tornando-se enraizado no sistema geral de divisão do trabalho. Nesse sentido, a construção de mercados pelo Estado também é um processo de remodelação da divisão do trabalho e suas conexões internas.

II. Concorrência Intragovernamental

O Estado não é um conceito abstrato, mas uma entidade composta por uma série de instituições e suas relações estruturais. Como o cientista político marxista britânico Ralph Miliband sugeriu: “O governo, a administração, os militares e a polícia, o poder judiciário, os governos locais e as assembleias parlamentares são as instituições que compõem *o Estado*, e suas inter-relações moldam a forma do sistema estatal. O *poder estatal* reside nessas instituições.”¹² Essa visão leva a duas conclusões.

Primeiro, o sistema estatal é definido por suas relações internas, que podem ser divididas em duas dimensões interconectadas. A primeira é a dimensão vertical, que inclui os órgãos decisórios centrais no topo da pirâmide do partido-es-

¹¹ Nota do editor: Nesta fórmula, D representa dinheiro, C representa mercadoria e P representa o processo de produção. Além disso, C' representa a nova mercadoria com valor agregado criado após o processo de produção, enquanto D' representa o quantum aumentado de dinheiro obtido após a venda da mercadoria produzida.

¹² Ralph Miliband, *O Estado na Sociedade Capitalista* (Weidenfeld & Nicolson, 1969), 54.

tado socialista, os vários ministérios e as relações hierárquicas ou administrativas entre os governos central e local. A segunda é a dimensão horizontal, que contém dois tipos de relações: as relações entre vários ministérios dentro do governo central (ou local) e as relações entre governos locais. O sistema estatal é delineado por essas diferentes relações dimensionais.

Segundo, definido por suas relações internas, esse Estado passa por vários estágios de mudança no curso da reforma. Como resultado, o Estado – como o principal órgão de implementação de políticas industriais – não é uma entidade fixa. Não apenas o ajuste das relações central-locais afeta as relações internas, mas as mudanças nas relações entre governos locais e entre departamentos governamentais também redefinem continuamente a distribuição de poder e responsabilidades dentro do Estado, influenciando assim o próprio sistema estatal. Com base nessa consideração, este artigo introduz os conceitos de concorrência intragovernamental e intergovernamental para fornecer uma análise mais detalhada do papel do Estado na implementação de políticas industriais. Esta seção introduz brevemente a concorrência intragovernamental, enquanto a próxima seção abordará a concorrência intergovernamental.

Há um corpo considerável de literatura em economia e ciência política que examina a concorrência intragovernamental. Esses estudos geralmente analisam a concorrência intragovernamental a partir das perspectivas de recursos e de autonomia, que influenciam as motivações do comportamento da agência governamental, resultando em dois pontos de vista complementares. Um ponto de vista sugere que os departamentos governamentais, movidos pela necessidade de maximizar o poder e os recursos (incluindo recursos internos e externos), buscarão novas funções e irão competir com outros departamentos por tais recursos. O outro ponto de vista postula que, além de competir por mais recursos, as motivações também estão relacionadas à autonomia administrativa (ou seja, a autonomia em relação a outras agências governamentais, em vez da autonomia econômica enfatizada pela teoria do estado desenvolvimentista). Isso ocorre porque, em muitos casos, a aquisição de mais recursos geralmente leva a uma maior supervisão ou avaliação por departamentos de nível superior. Em geral, a busca das agências governamentais por autonomia é mais intensa do que sua busca por recursos.

É importante enfatizar que, embora os pontos de vista acima nos ajudem a entender as motivações para a concorrência intragovernamental, eles também têm limitações. Esses pontos de vista abstraem a relação entre o governo e o mercado. Em outras palavras, eles expressam o denominador comum mais amplo das visões de diferentes vertentes sobre a questão. Como resultado, esses pontos de vista apenas definem as motivações para a concorrência intragovernamental em um sentido abstrato, sem conectar a relação do governo com o mercado para definir melhor essas motivações ou responder à questão dos padrões de comportamento dessa concorrência. Para entender melhor a concorrência intragovernamental, precisamos desenvolver o modelo acima para refletir tanto a particularidade da relação entre o governo e o mercado na economia socialista de mercado quanto o conteúdo específico da concorrência intragovernamental neste contexto. Para esse fim, propus que a concorrência intragovernamental, que surgiu durante o processo autônomo de inovação do trem de alta velocidade, tem motivações mais diretas – especificamente, a busca por liderança e poder organizacional dentro da indústria. Para obter esse poder, os departamentos governamentais relevantes promovem reformas institucionais, implementam estratégias de desenvolvimento industrial correspondentes e, ao fazê-lo, alcançam autonomia de tomada de decisão e maximização de recursos.

A concorrência intragovernamental gira em torno da liderança e do poder organizacional dentro da indústria. Essa proposição implica o seguinte: primeiro, essa concorrência é, em última análise, uma manifestação das leis nacionais de coordenação e construção de mercado discutidas na seção anterior. A concorrência intragovernamental não ocorre apenas dentro da superestrutura política; ela abrange os domínios político e econômico. Em segundo lugar, essa concorrência tem efeitos de desvio e restrição. Por um lado, devido à necessidade de adquirir recursos e autonomia, o comportamento competitivo de departamentos individuais pode se desviar das metas de desenvolvimento inicialmente definidas pelos órgãos centrais de tomada de decisão, que refletem os propósitos de produção socialista para a indústria relevante. Por outro lado, a concorrência intragovernamental também restringe este efeito de desvio, em última análise, direcionando-o de volta para as metas definidas pelos órgãos centrais de tomada de decisão.

Em artigo anterior, analisei a competição entre o Ministério das Ferrovias (China Railway Corporation) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que se

manifestou como concorrência entre diferentes departamentos governamentais por meio de suas respectivas estratégias.¹³ Esse processo competitivo de estratégias diferenciadas também é um processo de “interpretação” autônoma da política industrial e, portanto, pode desencadear a produção de conhecimento correspondente. Portanto, essa concorrência pode ser vista como um mecanismo para a produção de “conhecimento local”. Esse conhecimento local contrasta com o “conhecimento coletivo” que o Estado possui e que sustenta toda a política industrial. Durante a evolução da política industrial, se esse conhecimento local puder ser efetivamente coordenado e usado para produzir novo conhecimento coletivo, ele se tornará um fator importante que influencia o desempenho da política industrial.

III. Concorrência intergovernamental local

Em uma economia socialista de mercado, os governos locais são entidades econômicas importantes e, juntamente com as empresas e o governo central, formam a “economia de mercado tridimensional”.¹⁴ Com a devolução de poderes fiscais e administrativos entre os governos central e local no processo de reforma, os governos locais se tornaram entidades econômicas com comportamentos independentes e modelos de definição de metas. No sistema socialista, os poderes fiscais e administrativos geralmente têm características duplas, servindo não apenas como poder político na superestrutura, mas também como poder econômico na base econômica. Portanto, a devolução fiscal e administrativa inerente ao sistema de partilha de impostos da China implica em poder político e econômico para ajustar as relações de produção.¹⁵ Esse ajuste na dimensão vertical das relações de produção leva, ainda, a mudanças na forma como os governos locais adquirem e usam o excedente, o que molda a concorrência horizontal entre os governos locais. Na perspectiva da receita, a receita

¹³ Meng Jie e Zhang Zibin, “Mercados Construtivos, concorrência intra-governamental e inovação independente nas ferrovias de alta velocidade na China” [建构性市场、政府内竞争与中国高铁的自主创新], *Perspectivas Econômicas* [经济学动态], 3, (2023).

¹⁴ Shi Zhengfu, *Crescimento extraordinário: a economia chinesa 1979-2049* (Shanghai People's Publishing House, 2013).

¹⁵ Nota do editor: O sistema de partilha de impostos se refere à maneira como as responsabilidades fiscais são divididas entre o governo local e o central na China. A essência da reforma de partilha de impostos de 1994 foi recentralizar o controle fiscal, levando a maior parte da receita das províncias de volta para Pequim. Em troca, Pequim permitiu que os governos locais vendessem terras para aumentar a receita.

não tributária tornou-se uma forma importante de arrecadação do governo local – como são, por exemplo, as taxas de transferência de terras. Na perspectiva da despesa, os governos locais fornecem bens públicos, ao mesmo tempo em que se envolvem em investimentos estratégicos regionais e na formulação e implementação de políticas industriais. As duas últimas se sobrepõem, de modo que as regras que governam a construção de mercado pelo Estado não são apenas um fenômeno do governo central, mas também se aplicam aos governos locais. No entanto, no nível local, essa regra é frequentemente mediada pela concorrência intergovernamental.

Os investimentos estratégicos dos governos locais têm duas implicações. Primeiro, para atrair investimentos, os governos locais se envolvem em investimentos estratégicos usando a bandeira de cidades operacionais. Os custos incorridos pelos governos locais para atrair investimentos podem ser vistos como investimentos, porque os gastos governamentais, por um lado, têm um efeito significativo de incentivo ao investimento das empresas em capital fixo e, por outro lado, aumentam as receitas do governo por meio de métodos como aumento de impostos, valorização do patrimônio e aumento do valor da terra. Nesse sentido, os gastos do governo local são investimentos que visam obter retornos futuros esperados. Segundo, além de operar cidades, os governos locais também desempenham um papel direto como investidores estratégicos. Isso se refere aos governos locais que usam capital e empresas estatais locais para investir em indústrias estratégicas e fundamentais. Os governos locais têm certas vantagens em fazer tais investimentos estratégicos porque, em comparação com governos de níveis superiores, eles possuem mais conhecimento e informações relevantes para o desenvolvimento local; e, em comparação com investidores não públicos, eles estão mais dispostos a apoiar investimentos com maior incerteza e horizontes de tempo mais longos.

Dadas tais funções dos governos locais, a política industrial deve ser examinada em conjunto com as relações central-local e a competição entre governos locais. Wan-wen Chu destacou que, diferentemente do sistema de dois níveis dos Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático, como Japão e Coreia do Sul, a política industrial da China conforma um sistema multinível. O chamado sistema de dois níveis se refere ao governo central como o criador e implementador da política industrial, normalmente sem envolvimento dos governos locais no processo dessa política. Como resultado, funcionários dos

departamentos econômicos do governo central se envolvem diretamente com o setor industrial. Essa relação entre o governo central e o setor industrial é frequentemente chamada de “autonomia incorporada”.¹⁶ Por um lado, os departamentos de tomada de decisão têm autonomia relativa ao se envolver com o setor industrial e/ou empresas, enquanto, por outro lado, mantêm canais de comunicação com as empresas para obter informações oportunas sobre a situação real do desenvolvimento industrial, tendo assim a capacidade de formular e implementar políticas viáveis. Devido à grande escala da China, um sistema de política industrial de dois níveis é difícil de ser implementado. O sistema da China pode ser descrito como um modelo multinível no qual o governo central define a política, e os governos locais a implementam. Como os governos locais têm suas próprias estratégias para a implementação de políticas centrais, modificando ou mesmo violando essas políticas em graus variados, isso cria um espaço experimental para avaliar o desempenho da política industrial. Na ausência de informações de mercado suficientes nas unidades centrais de tomada de decisão, as práticas de diferentes regiões enriquecem o conteúdo da política e expandem suas opções potenciais. O governo central, em resposta aos resultados experimentais dos governos locais, selecionará ativa ou passivamente as melhores práticas, levando a um sistema de política industrial multinível caracterizado por “experimentação local e seleção central dos melhores resultados”.¹⁷

As mudanças de política na indústria automotiva da China, por volta de 2004, foram uma importante base empírica para a formação dos conceitos acima. Em 1994, a China criou sua primeira Política da Indústria Automobilística, incentivando grandes empresas automobilísticas estatais a formarem *joint ventures* com empresas automobilísticas estrangeiras. A política definiu estritamente as qualificações de fabricantes e modelos de automóveis por meio de um catálogo de produção, com foco no suporte aos “Três Grandes” (China FAW Group, Dongfeng Motor Corporation e SAIC Motor Corporation) e aos “Três Pequenos” (BAIC Group, Tianjin Automotive Industry Group e Guangzhou Automobile Group) – todas empresas estatais. Sob essa política industrial, modelos como o SAIC-Volkswagen Santana, FAW-Volkswagen Jetta e Shenlong’s Fukang dominaram o mercado nacional de automóveis na

¹⁶ Peter B. Evans, *Autonomia incorporada: Estados e transformação industrial* (Princeton University Press, 1995).

¹⁷ Wan-wen Chu, *O modelo de desenvolvimento das indústrias da China: explorando o papel da política industrial* [中国产业的发展模式—探索产业政策的角色] (Social Studies Journal Press, 2020).

década de 1990. Empresas fora do catálogo de produção só podiam produzir carros categorizados como microcarros. Para crescer, algumas empresas buscaram maneiras de entrar no ranking de fabricação de automóveis de passeio. A Chery Automobile é um exemplo típico disso.

A Chery Automobile Co., Ltd. foi fundada em março de 1997 como uma empresa estatal com investimentos do governo provincial de Anhui e do governo municipal de Wuhu. Em dezembro de 1999, o primeiro sedan Chery Fengyun saiu da linha de produção. Em 2000, a produção da Chery havia excedido 2 mil veículos. No entanto, apesar de produzir carros, a Chery enfrentou um grande problema: não tinha licença de produção de carros e não podia ser listada no catálogo nacional de produção de carros de passeio, o que significa que não podia vender carros legalmente em todo o país. Para resolver esse problema, a Chery fez *lobby* nos níveis superiores de governo e se filiou à SAIC Motor. No início de 2001, a Chery transferiu 20% de seu capital registrado (aproximadamente 350 milhões de yuans) para a SAIC Motor sem compensação, juntando-se oficialmente à SAIC Motor por meio da transferência de ações e obteve, assim, uma licença de produção de carros. A empresa foi renomeada e tornou-se SAIC Chery. Após a parceria com a SAIC, o Fengyun da Chery rapidamente ganhou aceitação no mercado, entrou rapidamente em produção em massa e passou a competir com modelos mais antigos, como o Santana, a um preço um terço menor. Em 2001, as vendas de sedans da Chery atingiram 28,2 mil unidades (3,9% de participação de mercado), com uma receita de vendas de mais de 2 bilhões de yuans. Em 2002, as vendas aumentaram para 50,2 mil unidades (4,45% de participação de mercado), com receita superior a 4 bilhões de yuans.

O desenvolvimento de marcas nacionais, como Chery e Geely, desempenhou um papel significativo na promoção da evolução das políticas industriais nacionais. Em 2004, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma introduziu uma nova Política de Desenvolvimento da Indústria Automobilística para apoiar explicitamente o crescimento de marcas automotivas nacionais e independentes. Antes disso, em junho de 2003, a Chery saiu da SAIC Motor. Em setembro, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma anunciou sua aprovação para a SAIC-Chery Automobile Co., Ltd. produzir todos os produtos listados no Anúncio sobre Fabricantes e Produtos de Veículos

Motorizados Rodoviários, e o nome da empresa foi alterado de SAIC-Chery Automobile Co., Ltd. para Chery Automobile Co., Ltd.

As mudanças na política da indústria automotiva nacional expuseram falhas significativas em políticas anteriores. Chu destacou que o uso do catálogo para limitar fabricantes de automóveis refletia a mentalidade de planejamento dos formuladores de políticas. Alcançar economias de escala para assegurar eficiência de produção era o objetivo principal dos formuladores de políticas na época. Como resultado, fatores como o número de fabricantes e a concentração da indústria tornaram-se restrições políticas importantes, e os direitos de aprovação tornaram-se a principal ferramenta política. No entanto, como Chu corretamente enfatizou, o número de fabricantes e a alta concentração de indústrias são características que surgem em um mercado maduro. Para uma indústria emergente, ainda em desenvolvimento, é ineficaz restringir o número de fabricantes antes que a concorrência de mercado tenha efeito total.¹⁸

Por volta de 2004, a mudança na política da indústria automotiva da China destacou o importante papel dos governos locais na implementação e formulação de políticas industriais. A interação central-local no sistema de política industrial multinível pode ser amplamente vista como um mecanismo coletivo de produção e coordenação de conhecimento. Sob as restrições do antigo pensamento de economia planejada e suas ferramentas políticas, muitas vezes quem tomava decisões no governo central não tinha o conhecimento necessário para formular políticas industriais racionais. Essa lacuna agora foi preenchida pelas práticas de concorrência dos governos locais. A diversidade de novos fenômenos ou comportamentos dentro da indústria provocados por tal concorrência é acompanhada pela produção de “conhecimento local”. Se esse conhecimento for respeitado e utilizado, ele pode ajudar a superar a subjetividade no processo de formulação da política industrial. Com essa perspectiva, os debates recentes entre Lin Yifu e Zhang Weiying sobre a eficácia das políticas industriais são amplamente irrelevantes, pois ambos os lados falham em incorporar em suas análises o sistema de política industrial multinível e a concorrência intragovernamental discutida na seção anterior.¹⁹

¹⁸ Wan-wen Chu, *O modelo de desenvolvimento das indústrias da China: explorando o papel da política industrial* [中国产业的发展模式—探索产业政策的角色], (Social Studies Journal Press, 2020), 134.

¹⁹ “O grande debate sobre da política industrial entre Lin Yifu e Zhang Weiying” [林毅夫、张维迎“产业政策大辩论”实录], *The Paper* [澎湃新闻], 21 November 2016, https://www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1565467.

IV. Mercado socialista de capitais com características chinesas

Um mercado construtivo se refere a um mercado onde a produção e a troca são unificadas. Assim, o mercado de capitais atende ao mercado construtivo. Já em 2010, o Conselho de Estado da China emitiu as Resoluções sobre Aceleração do Cultivo e Desenvolvimento de Indústrias Emergentes Estratégicas, que encorajaram o governo a estabelecer fundos orientados para a indústria (como fundos especiais e fundos de investimento industrial) para apoiar o desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas, incluindo novos veículos elétricos (NVEs). Essas decisões enfatizam o papel dos mercados de capitais multinível na expansão do investimento em indústrias emergentes e no direcionamento de fundos sociais para empresas inovadoras nos estágios inicial e intermediário do empreendimento. O Esboço do 12º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional da República Popular da China, lançado em 2011, reiterou essas orientações políticas.²⁰

Desde o início, o mercado de capitais da China foi encarregado de financiar indústrias estratégicas básicas. Após várias reformas importantes, especialmente o estabelecimento da SSE STAR Market (Conselho da Bolsa de Valores de Ciência, Tecnologia e Inovação de Shanghai), em 2019, e a implementação piloto do sistema baseado em registro, o foco do mercado de capitais da China mudou ainda mais para empresas inovadoras relacionadas com nova revolução tecnológica. O desenvolvimento de novas formas de capital financeiro – como capital de risco, capital privado e plataformas de investimento de capital estatal – atraiu e encorajou mais empreendedores e inovadores a se engajarem em indústrias fundamentais alinhadas com os principais objetivos estratégicos do país. Isso desempenhou um papel crucial na promoção do desenvolvimento e inovação dessas indústrias. Conforme apontado por Yi Huiman, presidente da Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China, “o mecanismo de risco compartilhado e de benefícios compartilhados do mercado de capitais não apenas fornece suporte financeiro, mas também desempenha um papel importante na melhoria da governança corporativa e na motivação do espírito empreendedor”.²¹

²⁰ Xinhua News Agency, “Resumo do décimo segundo plano quinquenal de economia nacional e desenvolvimento social da República Popular da China” [国民经济和社会发展第十二个五年规划纲要], Governo central da República Popular da China, 16 de fevereiro de 2011. http://www.gov.cn/2011lh/content_1825838.htm#.

²¹ Yi Huiman, “Esforços para construir um mercado moderno de capitais com características chinesas” [努力建设中国特色现代资本市场], *Qiusbi* [求是], n. 15 (2022).

É importante enfatizar que o desenvolvimento do mercado de capitais da China nos últimos anos está intimamente ligado à reforma do capital estatal e das SOEs (empresas estatais, pela sigla em inglês). A Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCCh, realizada em novembro de 2013, marcou o início de uma nova etapa no aprofundamento da reforma das SOEs. As mudanças relacionadas incluem principalmente: promover a classificação das SOEs com base na função, melhorar o sistema de gestão de ativos estatais com foco na gestão de capital, reformar o sistema de autorização de capital estatal e reorganizar o investimento de capital estatal e as empresas operacionais. Além disso, essas reformas também visavam fortalecer a liderança abrangente do PCCh sobre as SOEs, integrar a liderança do PCCh em todos os aspectos da governança corporativa, esclarecer e implementar o *status* estatutário das organizações do Partido na estrutura jurídica corporativa e garantir a implementação de políticas nacionais e outras decisões importantes.

Após as reformas de 2013, as SOEs foram divididas em duas categorias: SOEs comerciais e SOEs de bem-estar público. As SOEs comerciais foram divididas em duas subcategorias: Categoria I, inclui empresas que operam em setores competitivos, enquanto a Categoria II inclui empresas que operam em setores estratégicos relacionados à segurança nacional e à economia nacional. A reforma baseada em categorias das SOEs foi importante para elucidar o papel das SOEs da China. Em uma economia socialista de mercado, o capital estatal e as SOEs são ferramentas para a governança econômica do país, ajudando a nação a atingir funções importantes. Primeiro, as SOEs fornecem bens e serviços públicos que atendem às necessidades da sociedade. Segundo, as SOEs coordenam as relações dentro da economia nacional para superar falhas de mercado, como superprodução ou demanda efetiva insuficiente, mantendo assim a estabilidade econômica e o pleno emprego. Terceiro, as SOEs realizam investimentos estratégicos de longo prazo em indústrias fundamentais para construir e liderar o desenvolvimento do mercado. Essa função é especialmente necessária para que os países retardatários alcancem a recuperação econômica e garantam a segurança econômica nacional. A reforma baseada em categorias das empresas estatais foi significativa, pois ajudou a otimizar a organização do capital estatal e a estabelecer um sistema corporativo moderno com características chinesas.

As diretrizes de 2013 também propuseram melhorar o sistema de gestão e supervisão de ativos estatais. Com esse objetivo, encorajaram o estabelecimen-

to de empresas estatais de investimento e operação de capital que exerceriam responsabilidades de acionistas e teriam responsabilidade limitada até o valor de seu investimento. Essas empresas seriam responsáveis por melhorar a distribuição de capital estatal, melhorar o desempenho das operações de capital estatal e manter e aumentar o valor dos ativos estatais. Essencialmente, essas diretrizes eram sobre usar os princípios operacionais das modernas operações de capital financeiro para fortalecer e otimizar a economia estatal.

As implicações de extrair e usar os princípios do capital financeiro moderno para promover reformas na gestão de estatais e nos ativos estatais têm consequências profundas para o mercado de capitais da China. Na perspectiva da economia política, o capital financeiro não é apenas o capital de instituições financeiras que operam no mercado de capitais, mas também uma forma especial de capital decorrente da fusão do capital financeiro com o capital funcional (como capital industrial, comercial e de plataforma).²² O capital financeiro representa uma relação de poder no controle da produção social. Nas visões de Rudolf Hilferding e Vladimir Lenin, o capital financeiro tende a dominar o capital funcional.²³ No ambiente institucional do estágio primário do socialismo, o Estado usa o capital financeiro estatal para influenciar ou mesmo controlar a produção e atingir grandes objetivos de desenvolvimento nacional. O mercado de capitais da China é, essencialmente, um mercado socialista de capitais com características chinesas. Por meio desse mercado, a relação entre o governo e um mercado efetivo é aprofundada, a posição das estatais em setores estratégicos fundamentais é consolidada e fortalecida, e o sistema econômico básico no estágio primário do socialismo é reproduzido de uma nova forma.

À medida que o foco do mercado de capitais da China muda para empresas tecnologicamente inovadoras e com a reforma orientada para a gestão de capital das estatais, isso inevitavelmente transformará o capital financeiro estatal em uma ponte que liga a política industrial ao mercado de capitais. O capital financeiro estatal, por meio do mercado de capitais, se integra ao capital funcional para formar um novo tipo de capital financeiro estatal. Este desempe-

²² Nota do editor: O capital de plataforma se refere a modelos de negócios baseados em plataformas na economia digital. Essas plataformas normalmente atuam como intermediárias no processo de compra e venda e geram receita por meio de comissões. O capital de plataforma pode ser considerado uma nova forma de capital mercantil.

²³ Rudolf Hilferding, *Capital Financeiro* (Imprensa Comercial, 2011); VI Lenin, "O imperialismo, fase superior do capitalismo", em *Obras selecionadas de Lenin 2* (Editora Popular, 1972).

nha um papel significativo na orientação do desenvolvimento de mercados construtivos e na formação de cadeias industriais e na divisão social do trabalho. No entanto, um mercado de capitais dominado pelo capital financeiro estatal também tem implicações ambivalentes. Por um lado, esse mercado pode se tornar uma ferramenta para a governança econômica nacional, desempenhando um papel significativo e positivo na condução do desenvolvimento de mercados construtivos. Por outro lado, o desenvolvimento de um mercado de capitais com características chinesas também deve abordar e prevenir as novas contradições e problemas que ele pode trazer. Uma questão proeminente nas operações de capital financeiro é que a circulação de capital funcional, como o capital industrial (D – C ... P... C' – D'), é integrada ao ciclo do capital financeiro (D – C'). O primeiro se torna um meio de manter e aumentar o valor do último. Neste contexto, o capital financeiro pode se concentrar em impulsionar a lucratividade de curto prazo do capital funcional, potencialmente prejudicando sua capacidade de conduzir aprendizado ou inovação coletiva de longo prazo, o que dificultaria a realização de planos de desenvolvimento nacional e objetivos estratégicos.²⁴ Para lidar com isso, é necessário orientar e regular o comportamento e as metas do capital financeiro estatal para garantir que ele atenda às metas de desenvolvimento nacional e produção socialista de forma eficaz.

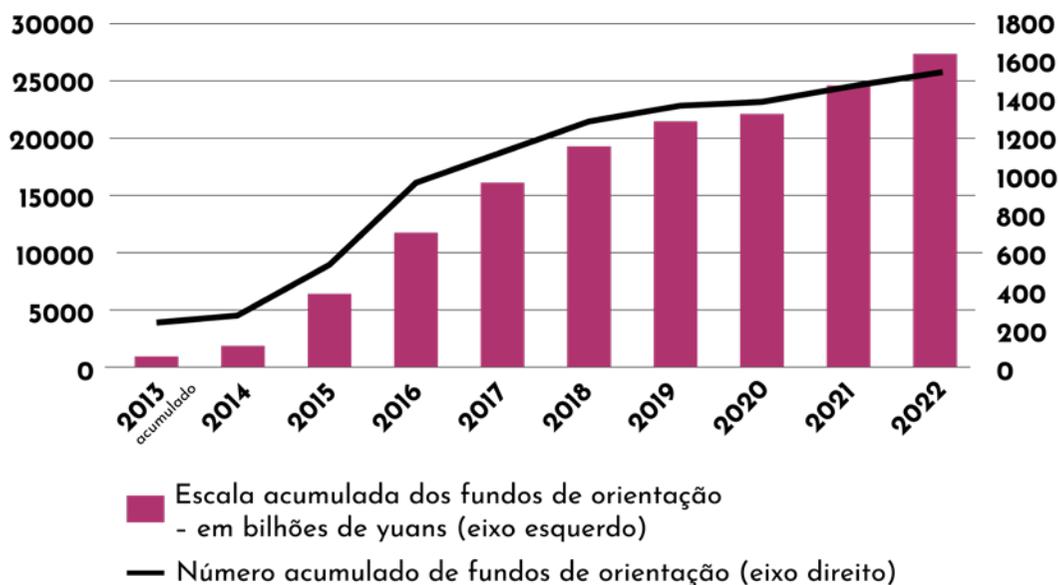
Em obras como *Crescimento extraordinário: a economia da China de 1979 a 2049*, publicada em 2013, Shi Zhengfu analisou o papel do capital financeiro estatal.²⁵ Ele argumentou que, em uma economia socialista de mercado, a promoção do crescimento de longo prazo e a superação de crises econômicas podem ser alcançadas alavancando os investimentos macro estratégicos do Estado. Esses investimentos macro estratégicos têm como foco as indústrias estratégicas fundamentais e os fatores de produção relacionados que beneficiam o desenvolvimento econômico nacional de longo prazo. O Estado pode coordenar e implantar tais investimentos por meio de estratégias e planos de desenvolvimento de médio e longo prazo, com o governo e as empresas estatais de investimento de capital estabelecendo conjuntamente fundos estratégicos de desenvolvimento nacional para realizá-los. O fundo estratégico de desenvol-

²⁴ Meng Jie, "Sobre o capital estatal na economia socialista de mercado" [略论社会主义市场经济中的国有资本], *Marxismo e Realidade* [马克思主义与现实], n. 2 (2023).

²⁵ Shi Zhengfu, *Crescimento extraordinário: a economia da China 1979-2049*, (Shanghai People's Publishing House, 2013); Shi Zhengfu, "Functional Monetary Theory and the High-Quality Development of China's Economy" [功能货币论与中国经济的高质量发展], *Wenhua Zongheng* [文化纵横], no. 4 (2020).

vimento nacional é apoiado pelo crédito nacional, com vários subfundos especializados sob seu guarda-chuva operando de forma orientada para o mercado.

Figura 2: Número e escala dos fundos de orientação da indústria criados por todos os níveis de governo (2013–2022)



Na última década, testemunhamos o papel do capital financeiro estatal e do mercado de capitais na implementação de políticas industriais orientadas a indústrias estratégicas fundamentais (Figura 2). O papel do Estado na utilização do mercado de capitais para construir mercados é uma característica comum na história do desenvolvimento industrial global. A economista evolucionista britânica Mariana Mazzucato estudou práticas de países capitalistas desenvolvidos e observou que o papel do investimento do setor público vai muito além de consertar falhas de mercado. Ao estar mais disposto a participar da incerteza Knightiana e investir nos estágios iniciais do desenvolvimento tecnológico, o setor público pode realmente criar novos produtos e mercados relacionados.²⁶ Aqui, Mazzucato distingue deliberadamente entre o papel do Estado na supe-

²⁶ Nota do editor : A incerteza knightiana é um termo que se refere à falta de conhecimento quantificável. Esse tipo de incerteza é diferente do conceito econômico de risco, que se refere à probabilidade de um determinado resultado. Enquanto o risco implica ação tomada sabendo a probabilidade de um resultado, a incerteza descreve uma total falta de informação. Esse conceito de incerteza foi articulado pelo economista da Universidade de Chicago, Frank Knight. Veja: Frank Knight, *Risk, Uncertainty and Profit* (Cosimo Inc., 1921).

ração de falhas de mercado e seu papel na construção de mercados, enfatizando a importância deste último. O papel do Estado na construção de mercados significa que o próprio Estado assume as funções de um empreendedor. Mazzucato chama isso de “estado empreendedor”, cujo papel inclui: fazer escolhas sobre a direção da inovação tecnológica, estar disposto a arcar com os riscos de investimento e incertezas relacionadas à criação de mercado e construir uma relação distributiva razoável entre arcar com os riscos e obter recompensas. Mazzucato enfatiza particularmente o último ponto, afirmando que o investimento público em inovação também deve obter retornos públicos. No entanto, sob o sistema capitalista, essa relação distributiva é frequentemente difícil de ser alcançada, enfraquecendo, assim, o papel do estado empreendedor.²⁷ Como um intermediário institucional a serviço da política industrial, o mercado socialista de capitais com características chinesas validou amplamente as visões de Mazzucato.

A operação bem-sucedida do capital financeiro estatal delineada acima pode ser resumida usando a relação entre capital financeiro e capital funcional mencionada anteriormente. Quando esses dois tipos de capital se combinam, a seguinte fórmula cíclica emerge:

$$D - \{D - C \dots P \dots C' - D'\} - D' (1)$$

O movimento de capital resumido por esta fórmula tem as seguintes características:

Primeiro, ele reproduz o capital financeiro (a fusão do capital bancário e do capital industrial) examinado por Hilferding e Lenin. A distinção está no fato de que, no caso da China, o capital financeiro é o capital estatal socialista que reflete as relações de produção estatais. Quando combinado com o capital não público, ele recria as relações de propriedade no estágio primário do socialismo, ou seja, uma estrutura simbiótica entre o público e outras formas de propriedade.

²⁷ Mariana Mazzucato, *O Estado empreendedor: desmascarando os mitos do setor privado versus o setor público* (Public Affairs, 2018), 63–64; p. 68; Mariana Mazzucato, “Da fixação de mercado à criação de mercado: um novo quadro para a política de inovação”, *Indústria e Inovação* 23, n. 2 (2016), 140–156.

Em segundo lugar, a relação entre os dois tipos de movimentos de capital também reflete a relação entre o mercado construtivo e o mercado de capitais com características chinesas. O capital financeiro estatal e o outro capital social que ele alavanca suportam a incerteza dos investimentos, servindo, em última análise, ao desenvolvimento do mercado construtivo. Ao contrário do capital bancário examinado por Hilferding e Lenin, o capital financeiro estatal não busca necessariamente dominar o capital funcional. Seu papel de liderança e coordenação é refletido principalmente em sua influência na cadeia de valor industrial e na divisão social do trabalho.

Terceiro, o ciclo do capital financeiro é uma realização da regra do mercado construtivo nacional, refletindo a combinação de valores de uso definidos pelos planos de desenvolvimento nacional e os objetivos de valor de troca das empresas. Quando instituições financeiras estatais investem em indústrias emergentes, elas precisam ser capazes de sair com um lucro razoável para investir em novos projetos. A natureza cíclica deste movimento reflete o comportamento previsível do mercado construtivo nacional.

Vale ressaltar que, embora esse ciclo alcance a manutenção e a valorização do capital estatal, obter lucros não é o objetivo principal. O objetivo principal do capital estatal é implementar os objetivos da produção socialista e cumprir as tarefas definidas pelos planos e estratégias nacionais de desenvolvimento. A fórmula acima sugere que o ciclo deve atingir simultaneamente os objetivos duais de valor de uso e de troca.

V. Enraizamento e instituições

A política industrial em uma economia socialista de mercado frequentemente significa que o Estado está, de alguma forma, enraizado na estrutura econômica. Esse enraizamento não é apenas uma característica das economias socialistas de mercado, mas também das economias de mercado modernas. No entanto, em uma economia socialista de mercado, o enraizamento do Estado é mais universal e intencional, levando à regra de comportamento econômico nacional de coordenação do Estado e construção de mercado discutida anteriormente.

Neste ponto, é necessário explorar mais a fundo o significado teórico do conceito de incorporação ou enraizamento. O termo “enraizamento” foi introduzido por Polanyi. Ele aponta que, em sociedades pré-capitalistas, a economia nunca foi independente, mas “enraizada” em outros sistemas, como política, religião e ética. A ascensão do capitalismo trouxe uma tendência de libertar a economia desses sistemas, tornando-a cada vez mais autônoma e auto regulada. Em sua terminologia, esse era um processo de “desenraizamento”. No entanto, Polanyi também apontou que essa tendência ao desenraizamento era, na verdade, uma utopia, porque se baseava no surgimento de uma série de mercadorias fictícias, como trabalho, terra e dinheiro. A existência dessas mercadorias fictícias traria o risco de desintegração social, levando, em última análise, a crises, guerras ou mesmo revoluções que poderiam ameaçar o capitalismo. Portanto, na visão de Polanyi, as economias de mercado modernas estão sempre sob o domínio de duas tendências: uma é o desenraizamento favorecido pelo liberalismo – a tendência do mercado a se expandir infinitamente – e a outra é o que Polanyi chama de “proteção social” – a tendência de reinserir instituições no mercado para limitar a expansão infinita deste último.²⁸

Em seu estudo da política industrial, o pesquisador estadunidense Peter B. Evans usou o conceito de “autonomia enraizada” para descrever o papel dos Estados desenvolvimentistas no Leste Asiático. Como parte da segunda geração de teóricos do Estado desenvolvimentista, seguindo Chalmers Johnson e outros, Evans argumentou que o estudo do papel do governo não deveria se concentrar apenas na autonomia relativa da tomada de decisão do Estado e suas fontes. Em vez disso, a atenção deveria ser dada à relação entre o governo e o setor empresarial. De acordo com Evans, a autonomia do Estado se refere à capacidade do governo de tomar decisões independentes, livres da influência de grupos de interesses especiais na economia. No entanto, em questões de política industrial, o governo deve contar com a assistência de grupos de interesse econômico para garantir uma implementação tranquila. Portanto, o governo permanece autônomo e mantém vínculos estreitos com as empresas para coletar informações e tomar decisões informadas.²⁹

Vale notar que, embora o conceito de autonomia enraizada de Evans adote a terminologia de Polanyi, ele não utiliza todo o conteúdo do conceito de Po-

²⁸ Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens da nossa época*. (Editora Campus, 2000).

²⁹ Peter B. Evans, *Autonomia incorporada: Estados e transformação industrial* (Princeton University Press, 1995).

lanyi. Este ponto raramente é mencionado pelos pesquisadores. A noção de incorporação de Evans tende a enfatizar a função epistemológica da conexão governo-empresas, especificamente com o propósito de adquirir informações relevantes da indústria, mas ignora as implicações mais amplas do conceito de enraizamento de Polanyi. Antropólogo e marxista francês, Maurice Godelier tomou emprestado, interpretou e desenvolveu o pensamento de Polanyi a partir de uma perspectiva marxista. Para Godelier, o enraizamento pode ser entendido como uma certa forma institucional fora da esfera da produção social que desempenha as funções das relações de produção, determinando a propriedade dos meios de produção e a distribuição dos produtos, e coordenando a divisão social do trabalho, tornando-se assim um componente da base econômica. Quanto às economias de mercado modernas, embora seu desenvolvimento inicial tenha apresentado uma clara tendência de desenraizamento, em estágios posteriores de desenvolvimento o enraizamento do Estado tornou-se novamente inevitável. O keynesianismo é uma expressão teórica dessa tendência de enraizamento.³⁰

A partir da discussão neste artigo, a formação e desenvolvimento da política industrial da China também representa o processo pelo qual o Estado é enraizado na economia de alguma forma. No entanto, isso não se limita ao entendimento de Evans, mas carrega as implicações mais profundas cunhadas por Polanyi e Godelier. Com base nos casos aqui discutidos, buscamos categorizar o enraizamento do Estado (Tabela 1).

³⁰ Meng Jie, *Economia Política Socialista com Características Chinesas como Método* [作为方法的中国特色社会主义政治经济学] (Fudan University Press, 2023).

Tabela 1: Categorias de envolvimento do Estado na implementação da política industrial

Categoria	Método de enraizamento	Caso	Categoria Conceitual
Enraizamento no processo de produção ou na criação de valor	Estabelecimento direto de empresas estatais; uso do poder de mercado para coordenar a divisão do trabalho	Papel do Ministério das Ferrovias (China Railway Corporation) na inovação independente de ferrovias de alta velocidade	Enraizamento conforme Polanyi-Godelier
Envolvimento no processo de investimento	Utilizar capital financeiro estatal para participar do ciclo de capital funcional visando alterar as cadeias industriais e a divisão regional do trabalho	Capital financeiro estatal alavancando mercados de capitais para desenvolver indústrias emergentes estratégicas	
Enraizamento no processo de troca e consumo	Alteração de preços relativos, reestruturação de sistemas de demanda e a divisão social do trabalho	Vários subsídios financeiros apoiando a compra e o uso de VNEs	
Estabelecer canais de comunicação com a indústria	Coordenar recomendações de políticas e consultas	Fórum EV100 da China	Enraizamento conforme Evans

Conforme mostrado na Tabela 1, as diferentes categorias de enraizamento estatal formam um espectro, variando nos modos e níveis em que ocorrem. O enraizamento no estilo Polanyi-Godelier sempre implica um profundo envolvimento com as relações de produção, pois o Estado é encarregado de executar certas funções de produção. Na primeira das três categorias de enraizamento, segundo Polanyi-Godelier, o Estado assume um papel mais abrangente nas relações de produção, manifestado em seu profundo envolvimento na criação de valor dentro do processo de produção. Na segunda categoria, o Estado altera a divisão social do trabalho ou os padrões da cadeia de valor em uma região por meio do investimento (que também é uma forma de relação de produção), sem se envolver diretamente na criação de valor dentro do próprio processo de produção. A terceira categoria, comumente encontrada em Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático, é caracterizada pela reformulação dos sistemas de demanda e da divisão social do trabalho, alterando os preços relativos de fatores ou produtos para atingir a eficiência econômica dinâmica.

Comparado às formas acima mencionadas, o enraizamento segundo Evans não requer necessariamente que o Estado assuma as funções das relações de produção. Essa categoria de enraizamento busca abordar a questão da assimetria de informação na formulação e implementação de políticas industriais. No entanto, a questão é que, para Evans, os mecanismos de coordenação dentro da autonomia incorporada envolvem principalmente a comunicação de informações, sem necessariamente exigir a produção de conhecimento local por meio da incorporação no estilo Polanyi-Godelier, que forneceria fontes de conhecimento e informação para verificar políticas e expandir opções de políticas. A implementação bem-sucedida da política industrial precisa ser baseada na produção de conhecimento e fontes de informação apropriadas. Se as agências orientadoras em papel de liderança não tiverem as informações necessárias, elas não poderão implementar políticas industriais com sucesso. No entanto, de acordo com a experiência da China, essa questão não é resolvida simplesmente por meio da troca de informações puras, mas sim pela criação de um mecanismo de produção e coordenação de conhecimento que inclui conhecimento local. A formação desse mecanismo, por sua vez, é baseada no enraizamento do Estado na economia e seu papel na regulação das relações de produção. À primeira vista, isso pode parecer um paradoxo do ovo e da galinha, mas esse paradoxo é resolvido, em última análise, por meio da prática, ou de “aprender fazendo”.

VI. Conclusão

As quatro instituições intermediárias discutidas neste artigo – mercados construtivos, economia socialista de mercado com características chinesas, concorrência intragovernamental e concorrência intergovernamental – são formadas com base no sistema econômico básico no estágio primário do socialismo. Existem instituições específicas que servem como intermediárias para a reprodução do sistema básico. Essas quatro instituições intermediárias são interconectadas e às vezes se sobrepõem, formando coletivamente um sistema intermediário que define a política industrial com características chinesas. O sistema de política industrial com características chinesas tem três características principais.

Primeiro, o mercado construtivo ocupa uma posição central dentro do sistema. Várias instituições estatais orientam e coordenam a divisão do trabalho dentro do mercado construtivo, combinando objetivos de valor de uso que refletem imperativos socialistas e os objetivos de valor de troca das empresas. Nesse sentido, o mercado construtivo é a forma concreta do sistema econômico básico. A combinação orgânica do mercado e do Estado, bem como da propriedade pública e privada, faz parte do sistema econômico básico. As outras instituições intermediárias servem à formação e ao desenvolvimento do mercado construtivo.

Em segundo lugar, o Estado como o principal órgão para implementar a política industrial apresenta um sistema descentralizado inclusivo, baseado em uma liderança unificada. O termo “inclusivo” aqui se refere à promoção intencional da descentralização pelo Estado dentro de sua própria estrutura e arranjos institucionais, mantendo uma liderança centralizada e unificada. A concorrência intergovernamental e a concorrência intragovernamental são as principais expressões institucionais desse sistema de descentralização. Esse sistema determina as características do sistema de política industrial com características chinesas. Por um lado, da perspectiva da concorrência dos governos locais, esse é um sistema de política industrial multinível. Por outro lado, da perspectiva da competição intragovernamental, as agências estatais responsáveis pela orientação e coordenação também exibem uma natureza diversificada. Com a ascensão do capital financeiro estatal no mercado socialista de capital com características chinesas, esse sistema descentralizado inclusivo ganhou mais impulso para o desenvolvimento.

Terceiro, o sistema de política industrial com características chinesas introduz um mecanismo único de produção e coordenação de conhecimento que combina conhecimento local e conhecimento coletivo. Isso evita as deficiências inerentes da falta de conhecimento local sob o sistema de economia planejada, criando assim condições para o Estado formular e revisar razoavelmente as políticas industriais. Esse mecanismo consiste em dois níveis: primeiro, estratégias diferenciadas formadas dentro dos dois tipos de competição dão origem a um mecanismo para a produção de conhecimento local. Segundo, com base nisso, surge a questão de se, e como, o conhecimento local pode ser coordenado no nível central para criar conhecimento coletivo (ou conhecimento organizacional). Esse conhecimento coletivo é o conhecimento que as agências estatais responsáveis pela formulação de políticas industriais podem possuir e aplicar.

Infelizmente, não há discussão abrangente e sistemática sobre o mecanismo de produção de conhecimento mencionado acima, especialmente a transformação mútua entre conhecimento local e conhecimento coletivo. Na literatura existente, apenas alguns pesquisadores reconheceram essa questão e a analisaram de dimensões específicas. Por exemplo, Chu propôs que a coordenação no nível central requer um certo consenso de valor social como pré-requisito. Ela se referiu a esse consenso como o “consenso de recuperação”, que é “o objetivo final gradualmente formado pelo povo chinês desde a Guerra do Ópio”. A percepção de Chu é profunda, mas negligencia o fato de que o consenso de recuperação também é o cerne da ideologia do PCCh. Lu Feng aponta que existe uma correção política profundamente enraizada na China sobre a necessidade de a tecnologia ser desenvolvida principalmente de forma independente para ser considerada uma grande conquista. Isso decorre do fato de que o PCCh confiou na demanda popular por independência para tomar o poder, e que a independência política foi uma pré-condição para o estabelecimento do sistema industrial da China. Portanto, sempre que o desenvolvimento industrial enfrentar escolhas estratégicas fundamentais, a ideologia do PCCh guiará as políticas de volta à direção da independência.³¹

A perspectiva de Lu Feng destaca o fato de que, no contexto chinês, o Estado – como principal entidade no processo de política industrial – não é um Estado comum, mas um Estado-partido socialista. A liderança do PCCh sobre

³¹ Lu Feng, "Breaking Through the Fog: Uncovering the Source of China's High-speed Rail Technology Progress" [冲破迷雾—揭开中国高铁技术进步之源], *Gestão Mundial* [管理世界] 9, no. 1 (2019).

o Estado resulta na homogeneidade entre a organização do partido e as várias agências estatais em termos de hierarquia, bem como a liderança do partido em termos de valores e ideologia essenciais. O PCCh é um partido orientado por uma missão com significado especial e sua liderança é a força de coordenação mais fundamental na evolução das políticas industriais.³² A premissa básica do sistema de coordenação de conhecimento e descentralização inclusiva que caracteriza o sistema de política industrial com características chinesas é a liderança centralizada e unificada do PCCh. Atualmente, não há suficiente pesquisa empírica e análise abrangente sobre esta importante questão.

O Secretário-Geral do PCCh, Xi Jinping, descreveu as características deste sistema da seguinte forma: “Precisamos melhorar o novo tipo de sistema nacional sob a economia socialista de mercado, alavancar totalmente o papel do Estado como organizador de grandes inovações tecnológicas, apoiar planos científicos estratégicos e projetos científicos com ciclos longos, altos riscos, grandes desafios e perspectivas promissoras, focar no *layout* sistemático, organização e integração intersetorial e combinar as forças do governo, mercado e sociedade para formar uma vantagem coletiva para o futuro”.³³

O sistema institucional intermediário centrado no mercado construtivo é uma parte do estágio primário do socialismo. Este sistema também deve ser entendido como uma ferramenta para reproduzir o sistema de liderança fundamental. Entender esta relação é essencial para entender por que a política industrial com características chinesas é um sistema novo que visa alavancar totalmente o papel decisivo do mercado para o propósito da modernização socialista.

³² For an explanation of the CPC as a mission-oriented party see: Meng Jie, ‘The Communist Party of China and the Socialist Market Economy with Chinese Characteristics’ [中国共产党与中国特色社会主义市场经济], *Horários Abertos* [开放时代], no. 3 (2022).

³³ Xi Jinping, ‘Discurso na 20ª Assembleia Geral da Academia Chinesa de Ciências, na 15ª Assembleia Geral da Academia Chinesa de Engenharia e no 10º Congresso Nacional da Associação Chinesa de Ciência e Tecnologia’ [习近平：在中国科学院第二十次院士大会、中国工程院第十五次院士大会、中国科协第十次全国代表大会上的讲话], China Government Network, 28 de maio de 2021, https://www.gov.cn/xinwen/2021-05/28/content_5613746.htm

Resenha: Compreendendo as coordenadas históricas da modernização chinesa



Xiong Jie (熊节) é diretor do Centro de Pesquisa do Sul Global do Instituto de Pesquisa em Comunicação Internacional da Universidade Normal do Leste da China e pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Sua pesquisa atual concentra-se na modernização e digitalização do Sul Global. Ele obteve seu MBA pela Universidade de Liverpool.

A atual conjuntura histórica é caracterizada por múltiplas crises e conflagrações, desde a guerra fratricida entre a Rússia e a Ucrânia, à resistência da África francófona contra o neocolonialismo, às lutas travadas por milhões de pessoas para acessar necessidades básicas como alimentação e moradia, mesmo em países supostamente ricos como os Estados Unidos. Na epistemologia de Lu Xinyu – professora da Escola de Comunicação da Universidade Normal do Leste da China – essa conjuntura é moldada pela exploração contínua de caminhos para a modernização, que começou na segunda metade do século XIX e se estendeu pelo longo século XX. Embora seu livro *Neoliberalismo ou Neocoletivismo na China Rural* anuncie a China como objeto central de estudo, a verdadeira preocupação de Lu é o caminho da modernização do mundo inteiro, e particularmente do Sul Global.¹

Na perspectiva de Lu, a questão mais importante no caminho para a modernização é a questão agrária: como a

¹ Lu Xinyu, *Neoliberalismo ou Neocoletivismo na China Rural* (Palgrave Macmillan, 2024).

agricultura pode se modernizar, mantendo e desenvolvendo a estrutura coletiva das áreas rurais, e o que deve acontecer com o campesinato nos processos de industrialização e urbanização? A partir da segunda metade do século XIX, três caminhos distintos para a modernização podem ser identificados. Primeiro, nos EUA, a Guerra Civil (1861–1865) deslocou a população rural à força do campo e os lançou nas cidades – grande parte composta por descendentes de africanos escravizados levados para as Américas. Isso contribuiu para uma vasta desigualdade e lançou as bases para movimentos sociais como o Movimento dos Direitos Civis das décadas de 1950 e 1960, e os protestos Black Lives Matter de 2013. Segundo, países como Alemanha e Japão não podiam facilmente se livrar de sua população rural como os EUA fizeram, então eles escolheram a expansão militar, o que levou a duas Guerras Mundiais e uma Guerra Fria, esta última ainda em andamento em muitos aspectos. O terceiro caminho para a modernização é o da revolução comunista pioneira da União Soviética e da aliança operário-camponesa, que acabou sendo sufocada pela Guerra Fria, mas continua em espírito na forma da Revolução Chinesa, que ela inspirou. Os debates em torno dessas tipologias de modernização ajudam a estabelecer uma coordenada histórica para compreender o passado e traçar um caminho para o futuro.

Ideologia e luta de classes na China

Há uma piada recorrente na China de que o país, internacionalmente, é “odiado tanto pela esquerda quanto pela direita”. A direita despreza a China por ser comunista, enquanto a esquerda a despreza por ser capitalista. Uma explicação simples para essa contradição é o fato de que a luta de classes na China nunca terminou. No âmbito da ideologia e da cultura, um ponto focal dessa luta é a interpretação do significado da Revolução Chinesa para o campesinato. A revolução, liderada pelo Partido Comunista da China (PCCCh), realmente libertou os camponeses ou impediu sua progressão natural rumo à modernização e urbanização dentro de uma sociedade civil orientada para o mercado? O declínio das áreas rurais é a força motriz original da revolução ou é seu pecado original? Como sugere o título do livro, o futuro do campo chinês deve ser definido pelo neoliberalismo ou por um renascimento do coletivismo no contexto da modernização?

O corpo principal do livro de Lu se origina de um debate de oito anos (2003–2011) entre ela e Qin Hui, um intelectual e historiador liberal chinês que atualmente é professor adjunto no Departamento de Governo e Administração Pública da Universidade Chinesa de Hong Kong. Para leitores fora da China, é importante notar que o debate Lu–Qin não foi meramente um exercício intelectual ocorrendo na torre de marfim da academia. Em vez disso, esse debate reflete um discurso público mais amplo sobre a direção do processo de reforma e abertura da China. O debate Lu–Qin ocorreu nos primeiros dez anos do século XXI, um período crítico para a China e o PCCh. Em 2022, a *Qiushi*, revista oficial do Comitê Central do PCCh, publicou um artigo resumindo a década desde o 18º Congresso Nacional do PCCh em 2012. Essa era foi descrita como o momento de “conter uma maré furiosa de varrer tudo e impedir que um prédio desabasse”.² Em sentido figurado, isso significava rapidamente reverter uma crise iminente e sustentar um país cambaleante.

Desde a década de 1980, Qin tem realizado inúmeras análises sobre formações históricas e sociais em seus escritos, comparando as estruturas sociais “despóticas” da área rural de Guanzhong, na província de Shaanxi, durante as dinastias Ming e Qing, à cidade-Estado “democrática” da antiga Atenas. Seu argumento principal é que a Revolução de Outubro foi retrógrada e produziu um governo soviético com características de despotismo oriental.³ O objetivo final desse argumento é desafiar a legitimidade do “império despótico” do PCCh.⁴ A representação idealizada de Qin Hui de uma bela cidade-Estado grega, descentralizada e desvinculada do dever de fornecer infraestrutura e serviços públicos, oculta o fato de que tais Estados dependiam do sangue, do suor e do trabalho não remunerado de escravos das minas de prata de Laurion. Essa mitologia é paralela à imagem neoliberal idealizada dos EUA e suas “casas grandes, picapes grandes e bifes grandes”, uma imagem popularmente usada por internautas chineses, que esconde um lado oculto do imperialismo e do racismo institucional.

² Jiang Jinqun, “The Great Transformations of the Decade in the New Era” [*Qiushi*], 22 (2022).

³ Nota do editor: O tropo do despotismo oriental deriva da obra de Karl August Wittfogel, historiador germano-americano marxista que se tornou anticomunista. Para mais informações, leia: Karl August Wittfogel, *Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power* (Yale University Press, 1957).

⁴ Qin Hui, *Se afastando do Regime Imperial* [走出帝制：从晚清到民国的历史回望] (Qunyan Press, 2015).

Em 2013, Qin escreveu um artigo zombando do apelo de Xi Jinping para aprender com a experiência do colapso da União Soviética e os perigos do niilismo histórico.⁵ Os intelectuais liberais que Qin representava estavam confiantes de que a bandeira vermelha da China estava prestes a mudar de cor. Eles acreditavam genuinamente que reformas liberais, semelhantes às da União Soviética, eram o caminho que a China deveria seguir. Uma característica fundamental desse caminho era minar intelectual e ideologicamente a legitimidade da Revolução Chinesa e retratar o PCCh como um regime repressivo que sufoca a vitalidade socioeconômica e abre caminho para a servidão.

Para responder às afirmações de Qin, Lu conduziu uma pesquisa histórica completa, abrangendo a Eurásia e as Américas durante milhares de anos. Em seu livro, Lu acertadamente aponta que a entrada do sistema neoliberal na China, juntamente com o processo de reforma e abertura no final da década de 1970, transformou milhões de camponeses rurais em trabalhadores migrantes nas cidades. A visão neoliberal para as áreas rurais da China refletia suas propostas globais: a privatização da terra (para que pudesse ser tomada pelo grande capital) e a livre circulação de populações rurais (para que camponeses sem terra pudessem se tornar mão de obra barata nas cidades). A proposta provocativa de Qin de “conceder o direito de construir favelas aos pobres urbanos” é precisamente a direção política que Lu alerta veementemente que a China evite.⁶

Toda história é história contemporânea, e todo debate sobre história reflete a política contemporânea. Embora observadores estrangeiros frequentemente acreditem que a China seja uma mente coletiva, o debate registrado neste livro captura vividamente quão abertos e intensos podem ser os debates nos círculos acadêmicos e intelectuais chineses e quão intimamente eles estão relacionados às disputas políticas do mundo real.

⁵ Qin Hui, “Os últimos dias do Partido Comunista Soviético: ainda um verdadeiro “homem”” [苏共末日：尚有一人是“男儿”], *The Economic Observer*, 27 de março de 2013.

⁶ Jiang Qian, “Professor Qin Hui da Universidade de Tsinghua propõe que Shenzhen assuma a liderança no estabelecimento de favelas” [清华大学教授秦晖建议深圳率先兴建贫民区], *Southern Metropolis Daily* [南方都市报], 14 de abril de 2008.

A marcha do Sul Global rumo à modernização

A imagem de “ferro e fogo” aparece repetidamente no livro de Lu. Em sua visão, a grande luta pelo futuro da modernização humana deve, em última análise, ter como objetivo unir os sete bilhões de pessoas do Sul Global para embarcar em um caminho conjunto de modernização. Essa grande luta envolverá tanto “ferro” (desenvolvimento econômico) quanto “fogo” (revolução armada). Na última década, Lu tem se concentrado cada vez mais em questões relacionadas à revitalização e reorganização rural na China. O capítulo final de seu livro discute seu trabalho de campo, desde o povoado de Tangyue, na província de Guizhou, há muito empobrecido e quase vazio, até a associação camponesa abrangente da comunidade de Pu-Han, na província de Shaanxi, que abrange 43 povoados, e o experimento de cooperativa financeira na aldeia de Haotang, na província de Henan.

Lu não se limita a realizar pesquisas acadêmicas, mas busca ativamente caminhos viáveis para a reorganização rural na China. Ela se preocupa particularmente com duas questões econômicas práticas. Primeiro, quais mecanismos podem garantir que o desenvolvimento econômico rural se torne um processo autossustentável, impulsionado por motivações e recursos endógenos? Segundo, como garantir a sobrevivência das economias coletivas no contexto de uma economia de mercado? Portanto, é fácil para acadêmicos do Sul Global entenderem por que ela sempre inicia suas visitas a aldeias rurais perguntando sobre a situação das economias coletivas locais. Esse foco se alinha com sua pesquisa teórica sobre as questões fundiárias pré-revolucionárias da Rússia e as reformas agrárias de Stolypin. Apesar de sua formação em língua e literatura chinesas e em estética da literatura e da arte, os estudos aprofundados de Lu sobre a questão agrária são verdadeiramente notáveis.

Lu argumenta que os debates ideológicos internos da China refletem uma luta internacional e uma batalha existencial contra a ideologia hegemônica ocidental. A importância dessa batalha tornou-se ainda mais evidente quando o presidente Xi Jinping afirmou que “os países do Sul Global marchando juntos rumo à modernização são monumentais na história mundial e sem precedentes na civilização humana”.⁷ O Sul Global, como a parte “rural” do sistema

⁷ Xi Jinping, “Combinando a grande força do Sul global para construir juntos uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”, *Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China*, 24 de outubro de 2024, disponível em https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202410/t20241024_11515589.html

capitalista mundial, compartilha um destino e um caminho intimamente ligados às áreas rurais da China. Assim como as plantações de soja expulsam os agricultores sem terra no Brasil, os produtores de soja da China também são esmagados pelo grande capital internacional – ambos são vítimas do sistema capitalista mundial.

Nos últimos anos, Lu tem se envolvido em iniciativas como o Fórum Acadêmico do Sul Global e no estabelecimento de bases de pesquisa em áreas rurais como Rongjiang, na província de Guizhou, Ganzhou, na província de Jiangxi, e Xiong'an, na província de Hebei. Essas iniciativas visam comunicar as histórias de erradicação da pobreza e revitalização rural da China ao mundo, em geral, e ao Sul Global, em particular. Elas buscam contar a história das lutas na China rural de modo mais vívido e multidimensional, levando em conta os debates complexos e ricos que ocorrem no país. Nesse contexto, *Neoliberalismo ou neocoletivismo na China Rural* também é um convite a pesquisadores da China e do Sul Global para trocar experiências e se envolver em um debate mais aprofundado sobre a questão agrária e o caminho para a modernização.



Esta publicación se realiza con la licencia Creative Commons Atribución-No Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Un resumen legible de la licencia está disponible en <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

WENHUA ZONGHENG (文化纵横) é uma revista proeminente de pensamento político e cultural contemporâneo na China. Criada em 2008, a revista publica edições bimestrais com artigos de um espectro amplo de intelectuais de todo o país, construindo uma plataforma para discussão de diferentes perspectivas ideológicas e valores na comunidade intelectual da China. A publicação é uma referência importante para os debates e desenvolvimento do pensamento chinês, em temas que vão desde a história antiga e a cultura tradicional da China até as atuais inovações e práticas socialistas, das importantes tendências culturais na vida social contemporânea às visões e análises chinesas sobre o mundo atual. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o Coletivo Dongsheng fizeram uma parceria com a Wenhua Zongheng para publicar uma edição internacional da revista, lançando duas edições por ano com uma seleção de artigos particularmente relevantes para o Sul Global.

Em chinês, a palavra 'Wenhua' (文化) significa tanto cultura como civilização, enquanto 'Zongheng' (纵横) significa literalmente 'verticais e horizontais', mas também alude aos estrategistas que, com diplomacia e alianças, contribuíram para a primeira unificação da China, há aproximadamente 2 mil anos. É impossível traduzir o título da revista ao português mantendo seu sentido e significado históricos. Por isso, decidimos manter a escrita do título em pinyin, como forma de lembrar aos nossos leitores e leitoras que a China possui uma história e cultura complexas, que são difíceis de navegar e traduzir, e que nosso projeto tenta construir pontes para esse entendimento.

文化纵横



Dongsheng

tricontinental